

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 5 DE AGOSTO DE 2015

NÚMERO 6.867

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Jean Carlo Leutprecht

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Jean Carlo Leutprecht  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Jean Carlo Leutprecht  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente  
Jean Carlo Leutprecht  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Jean Carlo Leutprecht  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Jean Carlo Leutprecht

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Publicações Diversas</b></p> <p>Audiência Pública..... 2</p> <p>Aviso de Resultado ..... 12</p> <p>Extratos..... 12</p> <p>Mensagem Governamental .. 13</p> <p>Ofícios..... 13</p> <p>Portarias..... 15</p> <p>Projetos de Lei ..... 17</p> <p>Projetos de Lei Complementar . ..... 30</p> <p>Projetos de Resolução ..... 32</p> <p>Requerimento..... 32</p>
--	---	---

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A DEFESA DO COMPLEXO LAGUNAR, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14H, NO CENTRO CULTURAL DE LAGUNA, NA CIDADE DE LAGUNA, SANTA CATARINA**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira)** - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pelo Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), por proposição do próprio Parlamentar, para debater a defesa do complexo lagunar.

Convidamos para compor a mesa de honra as seguintes autoridades: senhor Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; senhor Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, membro da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc; senhor Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna; senhor Horst Döering, superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina; senhor Tiago Duarte, Secretário Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura de Laguna/SC; senhor Robson Edgar Caporal, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna - 19ª SDR; senhora Sirlei da Castro Araujo, assessora técnica da área de Pesca da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, neste ato representando o senhor Moacir Sopelsa, Secretário de Estado desta Pasta; senhor Luiz Rodrigo Motta Vicente, coordenador do Projeto de Aquicultura e Pesca da região de Tubarão, da Epagri; senhora Maria Aparecida dos Santos Ramos, presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi), de Laguna; e senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruí/SC.

Neste momento registramos a presença das seguintes pessoas: senhor João Batista Lapolli, gerente de Agricultura e Pesca da 19ª SDR de Laguna; senhor Jairo Abílio Mendonça, presidente da Associação dos Moradores da Ponta das Pedras, de Laguna; senhor Elísio Sgrott, Vice-Prefeito de Imbituba/SC; senhor José Rosênio de

Jesus, vice-presidente da Associação Empresarial de Laguna, neste ato representando a senhora Valéria Olivier Alves Souza, diretora-presidente da Associação Empresarial de Laguna; senhor Samir Ahmad, vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Laguna, neste ato representando o senhor Damianos Andreodis, presidente da CDL de Laguna; senhor Fernando Silveira, assessor Parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; senhor sargento Jorge Euclides, da Polícia Militar Ambiental, neste ato representando o senhor Marcelo Wagner Schlischtig, Comandante da 3ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Laguna; senhor Juares Tadeu dos Santos, presidente do Sindicato dos Pescadores do Estado de Santa Catarina; senhor Natanael Wisintáiner, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista e Varejista de Laguna - Sindilojas Laguna e região; senhor Wilson Leandro Barreiros, coordenador Regional Sul do Ministério da Pesca e Aquicultura; senhor Zenon Campos Faísca, coordenador do Instituto Lagunense do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental Jerônimo Coelho, de Laguna; senhor Valmir Teles Santana, presidente da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Laguna; do senhor Valastão de Oliveira, assessor de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social de Laguna, neste ato representando o senhor Leonardo Pascoal, Secretário Municipal desta Pasta; senhor Giacinto Bernardo Tasso, diretor técnico do Sindicato das Indústrias dos Armadores e da Aquicultura da Grande Florianópolis e Sul Catarinense, neste ato representando o senhor Hainer Gonçalves, presidente desta entidade; senhor Volnei dos Santos Tomé, presidente do Sindicato dos Pescadores de Imaruí; senhor Claudemir de Souza Santos, gerente Regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), neste ato representando o senhor Enori Barbieri, presidente da Cidasc; senhor Gilberto Fernando da Silva, presidente do Sindicato dos Pescadores Profissionais do Complexo lagunar de Águas Doces e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí, Imbituba, Garopaba e Jaguaruna (Sindpesca Laguna), no Estado de Santa Catarina; senhor Marciano Ribeiro, coordenador da Pesca do Município de Imaruí, neste ato representando o senhor Luciano Cesar Boico, Secretário Municipal da Pesca e Aquicultura de Imaruí; senhor Vereador Rodrigo Luiz de Moraes, de Laguna; e senhor Júlio Atanasio, presidente da Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações de Itapirubá (Apepi).

Com a palavra o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc, para conduzir a audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Damos início a esta audiência pública. Boa-tarde a todos. *(Cumprimentou nominalmente cada um dos componentes da mesa e os demais presentes.)*

Eu quero fazer uma pequena manifestação inicial a respeito desta audiência; em seguida teremos a dinâmica de franquear a palavra aos membros da mesa que queiram se pronunciar; e depois vamos conceder a palavra aos representantes das entidades presentes para que eles possam fazer as suas manifestações.

A União das Associações de Pescadores da Ilha, o Sindpesca Laguna, o Conselho Pastoral dos Pescadores de Santa Catarina, as Colônias dos Pescadores Z-13, Z-17 e Z-21, e as outras entidades, em conversas permanentes e em seminários, têm debatido sobre o que fazer para diminuir a poluição do complexo lagunar.

Como fruto dessas discussões, observamos, enquanto Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, que a poluição do complexo é gerada por diversas dificuldades ambientais resultantes do problema de planejamento urbano e ambiental; do problema de herbicidas e pesticidas advindos do cultivo agrícola; do problema de poluentes decorrentes da mineração de carvão; do problema da própria construção da ponte Anita Garibaldi; e, não menos importante, do problema da perda de vegetação litorânea, entre outras questões. Essas realidades atingem todos os pescadores artesanais, as indústrias e os amadores da atividade pesqueira. Tudo isso tem ocasionado a drástica diminuição dos pescados da região.

Diante disso, entendemos que para o litoral centro-sul de Santa Catarina - em especial a região do complexo lagunar - continuar o seu desenvolvimento de maneira sustentável é necessário serem postas em prática medidas de planejamento e gestão. Algumas medidas podem ser eficazes para a melhoria da qualidade ambiental da região, e trazemo-las a fim de debater com as entidades, com os sindicatos, com os movimentos, com os órgãos públicos e com toda a sociedade civil. Parte dessas ações foi debatida de maneira democrática no 1º Seminário A Voz do Pescador em Defesa do Complexo lagunar, e destacamos algumas dessas ações: melhorias no saneamento básico da região, que evitaria doenças; melhoria da qualidade de vida da população; e a qualidade da água do complexo lagunar.

Juntando-se a isso também vale destacar que é necessária a construção de um planejamento para o desenvolvimento urbano; o zoneamento e a definição de critérios para a atividade da maricultura, em especial da carcinicultura; o desenvolvimento e a implementação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca; e o cumprimento da legislação ambiental, em especial das normas relacionadas à poluição, aos recursos hídricos e a áreas de preservação permanente.

Poderíamos elencar muitas outras ações de gestão que devem ser realizadas de maneira integrada com as diversas entidades de representação dos governos estadual, municipais e federal.

Baseados nessas discussões e dificuldades, propusemos a realização desta audiência pública que está ocorrendo neste momento, nesta bela e histórica cidade de Laguna, tendo como objetivo aprofundar o debate sobre isso e buscar soluções urgentes para os problemas dos diversos setores envolvidos, que vivem no entorno do complexo lagunar e que dependem dele para sobreviver.

Sejam bem-vindos, desejo a todos um bom debate e bons encaminhamentos para todos nós. Muito obrigado por terem aceitado o nosso convite para estarem aqui nesta tarde.

Com a palavra o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro que, além de ser Parlamentar da região, também é membro atuante da Comissão de Pesca e Aquicultura da Alesc.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO VAMPIRO** - Boa-tarde a todos e a todas. Em primeiro plano, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Estadual Neodi Saretta, que preside a Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, e parabenizá-lo pelo ato de realizar em conjunto duas audiências. O Deputado Neodi Saretta, com a sensibilidade que teve, hoje trouxe para a cidade de Laguna duas audiências pública: uma às 14 horas, que é esta da qual estamos participando e que trata do complexo lagunar, da pesca artesanal e de outras questões atinentes ao complexo; e outra, às 19 horas, sobre o Terminal Pesqueiro de Laguna - proposição feita por este que vos fala. Então eu gostaria de cumprimentar de forma muito intensa o Deputado Neodi Saretta pelo trabalho que vem prestando na Comissão de Pesca e Aquicultura.

*(Cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Nós estamos aqui efetivamente para discutir esse assunto, mas a Assembleia Legislativa não tem poder de realizar obras; porém, o Poder é motivador no seu processo e pode fazer, obviamente, os encaminhamentos necessários, como ir até o governo do Estado de Santa Catarina, ir até a Secretaria - seja de Desenvolvimento Sustentável ou da Pesca e Agricultura -, ir até o Ministério, através de uma ação mais importante com a bancada federal. Nós viemos aqui discutir alguns assuntos importantes; por exemplo, sabemos do desassoreamento da Lagoa, que é uma situação muito complicada para a pesca artesanal. Nós tivemos restrições com a rede anilhada, e isso foi motivo, obviamente, de várias idas e vindas a Brasília. - e o Gilberto nos representou de forma muito intensa nesse trabalho.

Nós estamos aqui para ouvir todos e estamos ao lado dos pescadores. Esse é o nosso objetivo. Por isso, mais uma vez, gostaria de ratificar a nossa presença aqui. Eu sou Deputado do sul de Santa Catarina, represento a bancada do sul de Santa Catarina, sou morador de Criciúma e veraneio em Laguna, mais precisamente no Farol de Santa Marta, há 22 anos. Estou aqui, na verdade, ao lado dos pescadores; eu e o Deputado Neodi Saretta estamos envolvidos com a causa da pesca em Santa Catarina, principalmente com a da região de Laguna.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna, a quem agradeço a recepção que tivemos aqui na cidade.

**O SR. PREFEITO EVERALDO DOS SANTOS (Laguna/SC)** - Boa-tarde a todos e a todas. *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Realmente é muito importante este debate que, com certeza, vai nos ajudar a aprimorar o conhecimento sobre a situação dos pescadores artesanais da região de Laguna.

Hoje, o Município de Laguna é muito prejudicado principalmente em função da sujeira que vem através do rio Tubarão, o que realmente é um absurdo. Em Laguna, em qualquer temporal que ocorra lá, em qualquer chuva que ocorra nós temos que fazer um mutirão para limpar a praia, para limpar a orla, porque desemboca tudo aqui na Lagoa de Santo Antônio dos Anjos e nas nossas praias. A Lagoa Santo Antônio dos Anjos também está prejudicada devido ao assoreamento; ela está toda assoreada, contaminada com o carvão da Tractebel, da Eletrosul, do Município vizinho, o que realmente prejudica muito o Município da Laguna.

Senhores Deputados, de uma vez por todas precisamos de uma solução para os pescadores da nossa cidade. Laguna tem mais de cinco mil famílias de pescadores e, hoje, a sobrevivência do Município da Laguna são a pesca e o turismo. Por isso, pedimos encarecidamente aos representantes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, principalmente aos Deputados presentes neste debate hoje, que cheguemos a uma conclusão quanto a isso e que se busque uma solução em conjunto para o desassoreamento da Lagoa Santo Antônio dos Anjos. Nós sabemos das dificuldades dos pescadores e da arte de pesca deles - e ao saírem das suas residências encontram a Lagoa, em determinados locais, com 50 centímetros de lâmina de água - um absurdo.

Urgentemente, unidos com os Deputados Federais, com os Senadores, com o governo estadual e com o governo federal, precisamos buscar uma solução para o complexo lagunar. E eu acho que o momento é oportuno para isso - quem sabe na vinda da Presidente a Laguna, nos próximos dias, quando virá inaugurar uma obra importante para o sul de Santa Catarina e para o Sul do Brasil e da América do Sul, que é a Ponte Anita Garibaldi. Também é uma obra importante para o desenvolvimento de Laguna e de toda a região. Quem sabe possamos buscar uma solução para que os pescadores possam ter dias melhores.

Mais uma vez quero agradecer a todos pela presença, e sintam-se à vontade nesta cidade maravilhosa e tricentenária, a cidade de Laguna. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Horst Döering, superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura de Santa Catarina.

**O SR. HORST DÖERING** - Boa-tarde a todos e a todas. *(Cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Por primeiro, eu queria fazer um cumprimento especial a todos os pescadores e a todas as pescadoras, porque hoje é 29 de junho, Dia do Pescador, Dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores. Por segundo, eu queria trazer uma saudação do Ministro Helder

Barbalho a todos os pescadores, a todas as pescadoras e a todos os participantes desta audiência pública.

Gostaria de dizer que os problemas do complexo lagunar são históricos, eles se arrastam há anos, há décadas, e se agravam a cada dia que passa. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] Como dito pelo Deputado Saretta, é um conjunto de fatores que incide sobre as lagoas do complexo lagunar, e não é possível um encaminhamento, uma solução para equacionar todo o problema, resolvendo pontualmente algumas questões. Nós precisamos, é a minha opinião, de um plano diretor de recuperação do complexo lagunar. Um projeto global, que envolva o governo federal, o governo do Estado, os Municípios, os Parlamentos, as entidades de classe e a iniciativa privada, para construirmos um projeto de recuperação do complexo lagunar.

Por último, queria dar a vocês uma boa notícia: depois de três anos parada numa gaveta lá em Brasília, a proposta de ordenamento do complexo lagunar voltou a tramitar e está na pauta da próxima quinta-feira, dia 2 de julho, da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada (CTGP), composta pelo Ministério da Pesca e pelo Ministério do Meio Ambiente. Então, a proposta de instrução normativa amplamente debatida pela base, pelos pescadores, pelas entidades, será finalmente apreciada pela CTGP, e o compromisso do Secretário de Planejamento da Pesca Fábio Hazin é de que, após essa reunião, a proposta que sair dela será trazida aqui, a fim de ser apresentada aos pescadores e debatida novamente com eles, para posterior publicação. Então, após três anos ou quatro anos com essa demanda parada, finalmente agora há a perspectiva de, em curto prazo, nós termos o ordenamento disso através de uma instrução normativa do complexo lagunar sendo publicada.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** -

Obrigado.

Agora passo a palavra à senhora Maria Aparecida dos Santos Ramos, presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi), de Laguna. Ela foi uma das grandes motivadoras da realização desta audiência pública.

**A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS RAMOS** - Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a mesa e dizer que é muito importante o olhar da Assembleia Legislativa nesta tarde, aqui, para fazer esta audiência pública. Muito obrigada a vocês, Deputados que abraçaram esta causa. Gostaria de agradecer também à Comissão de Pesca do Estado, que também participou para que isso acontecesse.

Acho que este momento é muito importante para todos nós, e aqui na mesa também estamos com o nosso Secretário Regional e com o nosso Prefeito. O importante de tudo isso é que precisamos argumentar nas reuniões e nos organizar de forma a mostrar, sim, a necessidade da existência do nosso complexo lagunar para a sobrevivência dos nossos pescadores.

Como o Horst disse, a gente sabe que precisa ser um exame em conjunto para que a gente possa garantir a sobrevivência dos pescadores. Mas não podemos calar a nossa voz perante uma proposta de instrução normativa que estamos esperando há oito anos dentro do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente. Uma proposta de instrução normativa, Deputados, que vem dar o ordenamento e o permissionamento ao nosso complexo lagunar.

Foram feitas várias reuniões, quase quatrocentas, e por isso não desistimos até hoje. Se fosse uma coisa desnecessária, não estaríamos até hoje batendo nesta tecla: essa proposta precisa ser legitimada, com ordenamento e permissionamento, determinando quem pode, onde pode e como pode fazer a pesca artesanal dentro do complexo lagunar.

Queria pontuar também para a mesa - porque já é de conhecimento dos pescadores - a grande dificuldade que temos com a poluição do nosso complexo. Nós estamos pedindo socorro. Acho que todos se lembram - principalmente as pessoas do Município de Laguna - daquela água preta, daquela água de carvão da usina, que fez com que todas as nossas famílias de pescadores sofressem graves prejuízos. O nosso ponto forte foi o que aconteceu no final de dezembro com essa usina, mas nós não deixamos de lembrar que precisamos, sim, olhar para o que vem do rio Tubarão. Olhar o que vem acontecendo nas encostas das nossas lagoas com as poluições desordenadas; isso vem comprometendo a sobrevivência de todos os nossos pescadores.

Nesta tarde, também queremos dizer - e fizemos várias reuniões com os pescadores, digo isto com propriedade - que o assoreamento causado pela poluição é um sofrimento. Daqui a algum tempo vamos nos reunir, sim, com os pescadores para eles contarem a história que viveram antes, porque falar da história de hoje,

sobrevivendo da pesca... Se não for tomada uma iniciativa emergencial nós não vamos conseguir a sobrevivência.

Então, eu queria dizer com carinho para esta mesa, que é muito bem representada: olhem para o assoreamento do complexo lagunar. Hoje falávamos com os pescadores de uma comunidade pesqueira, e eles tinham lágrimas nos olhos - a comunidade de Campos Verdes, com mais de quatrocentos pescadores. Com um rio comprometido, as embarcações não conseguem mais sair de lá. As embarcações maiores, Deputados, estão saindo lá do rio Tubarão porque não está dando mais para encostar lá na comunidade. Portanto, temos que pensar com carinho. Queremos que este não seja apenas mais um encontro, mas que haja encaminhamentos.

Ainda desejamos registrar que nos preocupamos muito com a documentação dos pescadores artesanais. Eu falo com propriedade; a melhor coisa é quando falamos do que existe no nosso dia a dia, e eu convivo com isso dentro da minha casa também. Nós temos pescadores artesanais que nunca assinaram uma carteira profissional, que nunca foram registrados em nenhuma firma, que somente pescam dentro do complexo lagunar e não são reconhecidos dentro do Ministério da Pesca como pescadores. E também temos pescadores que se dizem pescadores, que vêm de Município onde não tem lagoa nem pesca, mas vêm fazer os seus defesos. Isso para nós também é muito triste.

Mas o reconhecimento daqueles pescadores artesanais é o mínimo que se pode fazer. Nesta tarde eu queria dizer tanto para a Assembleia Legislativa como para a Comissão de Pesca: vamos passar a listagem para registrar esses pescadores que vivem, hoje, sem essa documentação, e queremos que vocês também façam, dentro do Ministério da Pesca, o reconhecimento desses pescadores.

O trabalho realizado na proposta de instrução normativa foi de gestão compartilhada. E foi muito bem feito. Lembro que tem alguém aqui que até participava como Secretário de Pesca; temos ali o Sindicato dos Pescadores, que também fazia parte conosco; o pessoal de Imarú; as nossas representações. Não foram reuniões com alguns pescadores ou com algumas lideranças, foram reuniões com todos os pescadores e todas as lideranças. Por isso que nos sentimos tristes de não termos esse reconhecimento da necessidade de sobrevivência de todos.

Desejo avisar que vamos deixar um documento para vocês - vamos pedir um "recebido" -, para que através dele vocês possam avaliar as nossas necessidades e dar o encaminhamento nisso.

Ainda queria dizer que precisamos também de uma política pública que venha trazer geração de renda para os nossos pescadores e as nossas pescadoras. Não temos uma fábrica de gelo na nossa região! Nós fomos ao Rio Grande do Sul - há vários amigos meus aqui que conhecem isto também -, e estavam lá as fábricas de gelo dos pescadores! Dentro do Cabo de Santa Marta é uma necessidade emergencial! As nossas pescadoras fazem filetagem, gente - para quem não conhece, vá até o Farol de Santa Marta na época do pescado, quando eles pescam a brota, e veja como é precária a situação daquela filetagem. Então, como podemos dizer que nós representamos a pesca artesanal se não damos sobrevivência a esse povo? Como podemos dizer que nós trabalhamos com políticas públicas e não buscamos condições melhores para esse nosso povo?

Então, precisamos de um olhar diferenciado - se quiserem, depois passamos para vocês as nossas atas e o que foi discutido nas reuniões. E precisamos que sejam adotadas medidas pelas nossas lideranças estaduais para que consigamos ter uma política pública decente para os nossos pescadores.

Encerrando, mais uma vez, quero agradecer a cada um de vocês que hoje veio aqui participar desta reunião, estar junto com todos, escutar este assunto. E mesmo cansadas, porque não encontram soluções dentro das suas comunidades, estão aqui as nossas lideranças. Também quero agradecer imensamente à mesa pela participação nesta iniciativa de tratar deste assunto.

Eu vou entregar o documento ao Presidente e pedir a assinatura dele no protocolo de entrega. Muito obrigada a todos. (Palmas.)

(A senhora Maria Aparecida dos Santos Ramos entrega documento da União das Associações de Pescadores da Ilha ao senhor Presidente, Deputado Estadual Neodi Saretta, e pede que o senhor Parlamentar assinasse o protocolo.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Muito obrigado, Maria Aparecida, por estar nos repassando esse documento.

Em seguida, vamos fazer a entrega do recebimento desse documento, vamos assiná-lo. Também fazemos aqui o registro desse

recebimento, juntamente com o superintendente da Pesca, que vai nos deixar o seu autógrafa. (*Procede-se à assinatura do documento.*)

Agora, passo a palavra ao senhor Luiz Rodrigo Mota Vicente, coordenador do Projeto de Aquicultura e Pesca da região de Tubarão, da Epagri.

**O SR. LUIZ RODRIGO MOTA VICENTE** - Boa-tarde a todos e a todas. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Fazendo um histórico, fico entristecido quando olho para trás. O meu avô foi pescador aqui do Morro Grande, eu morei até os 14 anos ali e fui pescador quando iniciante para ganhar um dinheirinho e poder ir às festinhas. Os meus amigos eram pescadores. Hoje, retorno para visitar a minha mãe, olho e penso: cadê os meus amigos? Estão no Estado x, no Estado y, trabalhando a fim de trazer dinheiro para casa. Isso nos entristece muito. Por que não tirar o sustento da lagoa? Porque não deu mais. Lembro-me do meu avô trazendo balaies de camarão - ainda quando criança, mas lembro. E hoje, nada.

O que eu quero dizer aqui, em nome da Epagri de Tubarão, é que nós precisamos de políticas de Estado, de projetos de Estado e não de governo. Nesse sentido, eu acho excelente a iniciativa de hoje estarmos discutindo a situação do complexo lagunar, que está triste. O complexo lagunar precisa urgentemente de socorro.

Acredito que vamos sair daqui com alguns alinhamentos para que esta não seja mais uma audiência pública em vão. Precisamos, sim, sair daqui com uma proposta, com os devidos encaminhamentos - sejam eles de políticas públicas, de projetos de Estado, com relação ao que vamos fazer com esta orla, com esta costa, com toda a parte de saneamento básico, que é uma vergonha. Eu conheço desde Imaruí até a costa do Ribeirão. Então, gostaria que saíssem daqui as devidas propostas e os devidos encaminhamentos para tirar esse complexo lagunar da agrura em que vive hoje.

Uma boa tarde de trabalho a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Muito obrigado.

Com a palavra a senhora Sirlei de Castro Araújo, assessora técnica da área de Pesca da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, neste ato representando o Secretário de Estado Moacir Sopelsa.

**A SRA. SIRLEI DE CASTRO ARAÚJO** - Boa-tarde a todos. É uma grande satisfação estar aqui representando o Secretário Moacir Sopelsa, da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Cumprimento os membros da mesa, especialmente o Deputado Saretta, a quem agradeço o convite, o Deputado Vampiro e as demais autoridades aqui presentes.

Também gostaria de saudar, nesta data especial, pelo Dia do Pescador, todos os pescadores aqui presentes, e dizer que estamos solidários com o problema que vocês enfrentam no dia a dia. Inclusive eu, pessoalmente, tive o prazer de trabalhar aqui em Imaruí há alguns anos e pude conhecer a realidade do pescador que pesca aqui na lagoa. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*] É uma realidade muito difícil, nós vemos que a cada dia que passa o peixe está mais e mais escasso, e quando muito, quando pescado, já não tem aquela mesma qualidade que tinha no passado. E isso causa uma grande tristeza ao pescador, por não usufruir daquele ambiente e não retirar o seu sustento e o da sua família de lá.

A gente sabe que são muitos os problemas que afetam os pescadores e que têm ocasionado essa degradação na lagoa Santo Antônio dos Anjos e nas demais lagoas da região - o complexo lagunar -, como já foram pontuados aqui por vários componentes desta mesa. Então, eu concordo com as palavras do nosso colega Horst de que é preciso que realmente haja um plano - não ações pontuais - que, em conjunto com vários órgãos de governo, esteja atuando nessas questões. Não basta somente um órgão estar trabalhando; todos precisam se unir, porque a questão é muito complexa e envolve vários aspectos.

Quanto à questão do ordenamento pesqueiro, é muito importante a informação que o Horst trouxe de que a proposta já foi encaminhada... votada... Está para ser votada?

(*O senhor Horst Döering manifesta-se fora do microfone: "Vai ser votada."*)

Vai ser votada, então, essa proposta de ordenamento para que haja realmente uma gestão efetiva da pesca dentro do complexo lagunar. Eu acredito que essa seja uma medida muito importante para os pescadores poderem atuar de forma legal e segura dentro da lagoa.

É necessário também registrar que é muito importante essa mobilização dos pescadores e da Associação em torno desse problema, que é antigo. Mas eles não desistem, continuam lutando, continuam exigindo das autoridades as providências devidas para que

definitivamente seja sanado esse problema, e isso em função da importância econômica e social que tem a lagoa para a região. São muitas famílias que sobrevivem da pesca, da atividade pesqueira na região. Então, as autoridades e o governo não podem fechar os olhos para essa realidade.

Eu quero dizer que a minha Secretaria está à disposição desta Comissão e de todos os demais presentes quanto às medidas necessárias para implementar a recuperação do complexo lagunar aqui de Laguna.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Muito obrigado, Sirlei.

Passamos, agora, a palavra ao senhor Robson Edgar Caporal, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna.

**O SR. SECRETÁRIO REGIONAL ROBSON EDGAR CAPORAL (Laguna/SC)** - (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Quero dizer que é com grande satisfação que participo desta audiência pública, pois sabemos da importância do complexo lagunar para a nossa região. Esta é uma oportunidade para juntos discutirmos a realidade das comunidades ribeirinhas e os problemas por elas enfrentados. Aqui vamos buscar soluções para diminuir a degradação ambiental, garantindo a subsistência desta e das futuras gerações.

Eu espero, assim como todos os demais, que realmente nós possamos iniciar um grande trabalho em função da necessidade do nosso complexo lagunar.

Obrigado pela oportunidade de participar desta audiência, e colocamo-nos à disposição de todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Muito obrigado, Robson.

Com a palavra o senhor Tiago Duarte, Secretário Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura de Laguna.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL TIAGO DUARTE (Laguna/SC)** - Uma boa tarde, senhoras e senhores. (*Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.*)

Gostaria de parabenizar a Cida -nossa líder comunitária e presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi), de Laguna - pelas palavras, porque ela foi muito feliz nas suas colocações.

É importante salientar que 40% da economia do nosso Município vem do pescado, sendo que uma fatia muito importante vem da pesca artesanal, dos nossos pescadores que dependem diretamente das nossas lagoas. Estado, como Secretário Municipal da Pesca, posso afirmar que o Prefeito Everaldo também tem se mostrado muito parceiro e que as nossas bandeiras são as elencadas pelos pescadores.

Por isso faço questão de frisar nesta tarde o tópico referente à despoluição das nossas lagoas - da Lagoa do Ribeirão, da lagoa do Canto da Lagoa, da lagoa Santo Antônio dos Anjos, da lagoa Mirim, da Lagoa de Imaruí -, à dragagem das nossas lagoas, o que possibilitaria uma melhor oxigenação das águas. Porque sabemos - o Prefeito Everaldo também já frisou isso -, e quem conhece a pesca aqui no Município sabe que a lâmina d'água das nossas lagoas hoje é bem precária, a ponto de não termos mais do que 50 centímetros de lâmina d'água, impossibilitando os nossos pescadores de transitarem de um lado para o outro, impossibilitando a oxigenação das nossas águas. Então essa também é uma das nossas bandeiras.

Somos solidários aos nossos pescadores no que diz respeito à aprovação da proposta de instrução normativa pelo Ministério da Pesca, e, de forma especial, à última reivindicação, que é a dragagem do rio Campos Verdes, para a qual gostaria de pedir o apoio dos nossos Deputados Vampiro e Neodi Saretta, aproveitando que estão aqui no nosso Município. A Cida já elencou a importância dessa obra, mas faço questão de reiterar isso, pois são mais de quatrocentas famílias que precisam sair para pescar e o único acesso é por aquele rio.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar aqui. O meu muito-obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado, Tiago.

Para encerrar esta primeira parte de manifestações dos componentes da mesa, concedo a palavra ao senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruí.

**O SR. PREFEITO MANOEL VIANA DE SOUSA (Imaruí/SC)** - Os meus cumprimentos a todos os presentes, em especial aos pescadores e às lideranças do setor artesanal e industrial que aqui estão. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, na pessoa dos Deputados Saretta e Vampiro, por nesta tarde o Poder Legislativo



estadual estar mais próximo da população do complexo lagunar. *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Assim como no Município de Laguna, em Imbituba, em Imaruá, em Jaguaruna e nos demais Municípios daqui a pesca tem uma grande representatividade na economia, e a pesca artesanal é responsável pelo sustento de milhares de famílias dessa região. Mas a cada ano que passa a degradação ambiental e o grande sobre-esforço de pesca acabam afetando diretamente a economia dessa região. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Revisão: Denise V. Silva]* E gostaríamos de registrar, por exemplo, que recentemente houve o episódio da usina de carvão, que poluiu praticamente toda a região. Teve o empenho, a mobilização de todos os pescadores na questão ambiental - um fato que frequentemente acontece -, considerando que a degradação ambiental é muito grande na região.

Outra demanda aqui da região, como já foi colocado aqui, é a necessidade de resolver o problema do saneamento de todos os Municípios. Isso acaba afetando muito a pesca, é muito esgoto lançado diretamente na lagoa e nos rios que fazem parte do complexo.

A pessoa que nos antecedeu colocou a necessidade de dragagem. Quando da construção, há algumas décadas, aterrou-se aproximadamente 700 metros da boca que fazia a ligação do complexo lagunar, e isso atrapalhou demais a pesca na Lagoa do Mirim, na Lagoa do Imaruá e, consequentemente, na Lagoa do Santo Antônio, porque a oxigenação da lagoa fica prejudicada; a salinidade, em alguns momentos de enchente, baixa muito. E quando acontece episódio de poluição, a renovação da lagoa leva muito tempo.

Com a construção da ponte Anita Garibaldi, que está a poucos dias da inauguração, há a necessidade de mobilização de toda a região no sentido de ser uma obra tão importante para a região quanto foi a abertura da barra, porque na pequena dragagem que foi feita para deslocar os equipamentos para a construção da ponte, em Imaruá, sentiram o efeito positivo da quantidade de pescado que entrou na lagoa, no período em que estavam fazendo a dragagem.

Há muitos locais em que a lagoa está muito baixa, muitos canais que foram assoreados e isso prejudica demais, porque não acontece a renovação da água e qualquer poluição, por menor que seja, ataca muito.

Nesse sentido, gostaria de deixar registrado que sabemos que é uma luta árdua. Gostaria de parabenizar e agradecer a todas as lideranças presentes, que nesta tarde estão dispostas a ouvir a reivindicação do setor e da população da região.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PREDISENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado, Prefeito Manoel Viana.

Agora vamos ouvir as entidades que queiram se manifestar também, além daquelas que já se manifestaram.

Com a palavra o senhor Gilberto Fernando da Silva, presidente do Sindicato dos Pescadores Profissionais do Complexo Lagunar de Águas Doces e Salgadas do Municípios de Laguna, Imaruá, Imbituba, Garopaba e Jaguaruna no Estado de Santa Catarina (Sindpesca Laguna).

**O SR. GILBERTO FERNANDO DA SILVA** - *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

Hoje o dia não está bem feliz para os pescadores - é dia de São Pedro, mas o dia e horário ficaram muito em cima da hora para eles. Foram distribuídos muitos convites, o pessoal do governo está de parabéns, pois vieram muitos convites para os sindicatos, foram todos distribuídos; mas o dia, o horário foi muito em cima, e há muita ocupação para as mulheres dos pescadores, para os pescadores, então não foi muito feliz a escolha do horário da audiência pública.

Mas tudo bem, há uma boa quantidade de gente presente, o Deputado sabe muito bem comandar os seus trabalhos. Os dois Deputados juntos, o Vampiro e o Saretta, estão sempre fazendo um bom trabalho.

Eu fico feliz, Deputado, mas ao mesmo tempo triste, porque na Comissão de Pesca... estivemos em Brasília, com o Ministro do Meio Ambiente, onde foi criada a comissão do Fórum da Tainha; não faltou nenhum Deputado Federal, todos compareceram; não teve partido, foram todos. Eu fiquei encantado com aquela presença, com os Deputados que foram eleitos agora em Criciúma, com aquelas duas senhoras, com todo mundo; não faltou ninguém.

Numa hora dessas aqui, deveríamos ter uma representação melhor da Assembleia, porque os sindicatos vêm exigindo muitos pedidos para essa dragagem. Não vem de hoje esse trabalho, eu estou há mais de dez anos nessa luta, o Horst e o Prefeito sabem disso, desse trabalho que o Sindicato tem feito. E a gente se sente triste com a situação.

O Prefeito de Imaruá foi muito feliz quando disse que a dragagem feita lá o atendeu. Há oito anos eu venho pedindo, quando começaram os projetos da ponte, dez bueiros ali naquela ponte de Cabeçadas, que aproveitassem o momento; agora, o barco já foi embora, nós tínhamos que ter aproveitado a Camargo Corrêa, ia custar um tantinho assim para eles *(faz gestos com as mãos)*. Nós teríamos aberto dez bueiros; Imaruá já estava satisfeita com um pouco de água. Batemos em cima dessa dragagem é uma coisa séria, esse trabalho vem de muitos anos, todos os que estão aqui na mesa conhecem esse trabalho, não é coisa de hoje. Na abertura da ponte foi debatido esse assunto, para a compensação da dragagem, mas fizeram uma dragagem muito pequena, Deputado.

Então temos essa situação hoje e queremos que vocês levem isso para a Assembleia tal qual levaram a da comissão da tainha, na qual todo mundo se reuniu e graças à comissão, tão unida, que esteve em Brasília, foi liberada a rede anilhada, graças a eles que fizeram isso. E se vocês, com a mesma manifestação, se unirem aos Deputados Federais e aos Deputados Estaduais de toda a Assembleia e baterem nesse mesmo assunto, pode ter certeza que ocorrerá. Não vamos fazer partido político, vamos nos unir, porque o pescador não tem mais tempo para esperar.

Hoje, os filhos de pescadores não sabem mais o que fazer na pesca, são obrigados a sair da pesca e a trocar de comunidade, porque vão esperar o quê de uma lagoa que está totalmente assoreada? Tem lugar em que há dois palmos de água; eu tinha uma lancha e vendi porque não posso andar na lagoa, tem lugar que não se anda mais, Horst, é triste.

A situação vem se complicando mais a cada dia que passa, então peço que os Deputados se unam nessa situação. Olha, nós tivemos o Presidente Lula aqui, nada foi pedido para essa situação, pois faltou os políticos se unirem para fazer isso. Tivemos já a Presidente Dilma aqui, não se falou na lagoa, nada foi pedido. Será que dessa vez, em que a Presidente vem inaugurar a ponte, os Deputados irão ter um bom olhar para esses pescadores artesanais e irão pedir essa dragagem?

Está na hora, Everaldo, um todos vocês; vamos esquecer qualquer murrinha política que alguém tiver um com o outro. Que todos os partidos se unam, vamos chamar a Presidente e dizer assim: "Presidente, olhe essas famílias que estão aqui, chegou a hora, essas famílias querem se manter vivendo na Laguna e estão mandando seus filhos viverem fora, em Tubarão e Criciúma. Os filhos dos pescadores estão indo para as cidades que estão poluindo a lagoa, pois somos a bacia mais poluída, pois recebemos poluição de toda a costa de Criciúma, de toda a região aqui de cima". Desculpa dizer isso, mas somos a fossa da região vizinha, essa é a verdade, e falta respeito.

Os Prefeitos dessas comunidades devem se manifestar, os políticos devem se manifestar e participar dessa dragagem, porque contribuem também para essa condição que está acontecendo na lagoa hoje. Então não são somente vocês lá em Florianópolis e em Brasília, os nossos Prefeitos vizinhos, os Deputados vizinhos - ainda bem que você está aqui, Vampiro - o pessoal de Criciúma. Una-se a eles, traga-os para nos ajudar nessa situação.

A gente tem recebido um atendimento muito bom do Deputado Federal Ronaldo Benedet, que dá todo o acolhimento ao setor da pesca e acompanhou todos os nossos movimentos. Por todos os Deputados, não somente o Benedet, mas falando em seu nome, fomos muito bem atendidos. Então esperamos que hoje essa mesa saia daqui com uma resposta tranquila; que não seja mais uma reunião que vá para dentro dos arquivos de papel, pois venho há quase trinta anos vendo acontecer e acontecer, mas tudo no mesmo papel. Esperamos que desta vez os pescadores não tenham sua esperança levada para o fundo da gaveta, que eles digam assim: parece que desta vez os Deputados irão olhar para Laguna.

Vocês têm condições de falar com o Senado, com os Deputados, e aproveitem o dia em que a Presidente estará aqui e se unam, façam o pedido em público, para os pescadores verem que vocês estão lutando por eles, porque na hora da eleição vêm tantos candidatos pedir voto, vêm tantos... Será que não está na hora de todos os Deputados que pediram voto aqui virem a Laguna pedir também para a Presidente dar um jeito nessa lagoa? Está na hora, e eu tenho certeza que se isso não aconteceu é por falta de força política. O pescador tem lutado por isso, a Cida sabe, participa das reuniões, as comunidades têm sofrido com essa situação, não é fácil.

Então está na hora de vocês olharem com bons olhos para Laguna. Quero agradecer a Imaruá, nossa sede; vamos abrir mais uma sede em breve em Imbituba. O Sindpesca Laguna hoje faz parte do complexo lagunar, desde Jaguaruna até Imbituba, e está tranquilo, nós

estamos atendendo no nível dos pescadores. Não estão faltando pescadores, estamos com uma quantidade muito grande, a representação está boa, a gente faz um bom trabalho; o Ministério da Pesca tem dado toda a cobertura; a situação das carteiras, Horst, a gente sabe que é uma dificuldade, sei que você está fazendo um esforço para isso, nós já enviamos dois ofícios...

Quero agradecer ao pessoal de Brasília que veio aqui. Vampiro, nós convidamos, mas você não pôde participar, no Farol, para fazer o trabalho com os pescadores artesanais da tainha. Parabéns para o Horst, para o Ibama e para o Deputado, que ajudaram, fizeram toda a liberação da rede anilhada. Esperamos que no ano que vem essa novela não continue, porque todo o ano chega o mês de maio e tem a novela da tainha. Essa novela eu venho vivendo há muitos anos; está na hora de essa novela ter um ponto final, porque essa novela da tainha nunca teve final. Vamos ver se vocês se unem, e a gente confia nisso aí.

Desde já, muito obrigado a todos, quero agradecer, parabéns pelo movimento e vamos esperar que aconteça o melhor para os nossos pescadores.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PREDISENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado, Gilberto Silva.

Com a palavra o senhor Zenon Campos Faísca, coordenador do Instituto Lagunense do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental Jerônimo Coelho.

**O SR. ZENON CAMPOS FAÍSCA** - Pessoal, são apenas três folhinhas. Eu acho que quando a reunião começa a se prolongar muito, começa a perder todos os efeitos do encanto.

Mas o que eu tenho a falar aqui é importante demais. Vamos fazer o seguinte: *(Passa a ler)*

"Eu, Zenon Campos Faísca, engenheiro aposentado, faço parte de uma Oscip chamada Instituto Lagunense do Patrimônio Histórico, Artístico Cultural e Ambiental Jerônimo Coelho. Esse Instituto foi fundado em 1988, portanto resiste há quase trinta anos. Já fizemos diversos convênios com o governo estadual, em diversas áreas; porém, não conseguimos até hoje manter convênio na área ambiental que imputamos como de maior necessidade e importância para os nossos Municípios ribeirinhos, que são: Laguna, Pescaria Brava, Imbituba e Imaruí.

Desenvolvemos um projeto há seis anos, intitulado: 'Iniciar Já a Despoluição do Rio Tubarão pelas Suas Nascentes'. O projeto proposto teve a chancela de três ex-Governadores. Há dois anos, pela persistência, fomos agraciados com verbas parlamentares de dois ex-Deputados Estaduais para colocar em prática a parte que é importante do nosso projeto.

O projeto era basicamente esse: a contratação de um helicóptero para fazer o diagnóstico real da situação aérea de todo o rio Tubarão e seus dois principais afluentes percorrendo dezoito cidades por onde os rios passam; demarcar as extremas dos Municípios vizinhos para a coleta de amostra. Exemplo: entre a divisa do Município de Lauro Müller, onde nasce o rio Tubarão, em Orleans, um ponto de coleta, para ver quem polui quem, e assim por diante; começar um processo de limpeza do rio, desde a nascente do rio, senão fica um jogo de empurrar entre os Municípios. Porque infelizmente nós aqui é que recebemos todo esse manancial de poluição, que recebemos tudo isso.

Então, se cada um tratar desse assunto, como esse assunto é muito complexo, nós sugerimos esse projeto. E infelizmente tivemos que encerrar o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão para obter o aval desse projeto. Vejam os senhores presentes, já estavam disponibilizadas verbas de Deputados para esse fim, e fomos simplesmente ignorados em uma reunião que tivemos com o Comitê. Após uma análise profunda dessa rejeição chegamos à simples e infeliz conclusão. Com alguns representantes de empresas na área energética e agronegócio fazendo parte do conselho do Comitê, a pergunta é: será que eles têm interesse de investir na busca definitiva de soluções para reverter essa indigna celeridade?

Com a palavra o Comitê.

Senhores Deputados, todos nós sabemos que são eles os que mais contribuem, de fato, com a poluição da nossa lagoa, e se esse Comitê continuar no comando, com esses agentes poluidores, podemos continuar a reclamar, fazendo reuniões e audiências ano após ano, que nada vai mudar dessa lamentável realidade.

Por favor, senhores Deputados, está em vossas mãos mudar essa realidade tão constrangedora e absurda.

Caso contrário, continuaremos a patinar na mesmice, poluindo cada vez mais as nossas lagoas até a morte definitiva.

Fico inteiramente à disposição de vocês."

Só para constar aqui, o Comitê da Bacia - tudo passa por lá, qualquer projeto, qualquer coisa, tudo passa por lá e nada é feito - não tem nenhum representante da colônia de pescadores. O presidente se sabe quem é, é da Acit; o vice-presidente é da Unisul; o secretário-executivo é da Geasc; a comissão executiva faz parte da Tractebel, da Amurel, da produção de arroz, do Crea-SC e da Epagri. Qual é a representatividade de pescadores que nós temos, Cida, em um Comitê que define e registra todos os projetos que possam ser aprovados?

Então peço a vocês, Deputados, vou entregar em vossas mãos um envelope com esse encaminhamento. *(Faz a entrega do envelope à mesa)* Que vocês analisem esse processo, aprovado e apoiado pelo pessoal da pesca daqui, pelos senhores da colônia dos pescadores. Nós queremos ter uma cadeira cativa neste Comitê, senão nada vai acontecer. *(Palmas.)*

**O SR. PREDISENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado, Zenon.

Com a palavra a senhora Maria Regina Marçal Flores, do Movimento das Mulheres Pescadoras de Laguna.

**A SRA. MARIA REGINA MARÇAL FLORES** - Boa-tarde a todos e a todas, especialmente à mesa.

Venho aqui também falar sobre a poluição das nossas lagoas e dos nossos rios, que estão completamente assoreados. As nossas embarcações não conseguem mais passar pelas bocas dos rios que chegam até as lagoas, sem mencionar Campos Verdes - a Cida já falou muito bem do problema que se vive lá.

Muitas vezes nós não conseguimos chegar com a nossa embarcação perto das nossas casas, porque está completamente assoreado. Então os desassoreamentos dos nossos rios, dos lagos e das bocas das lagoas têm que ser um trabalho feito já, não se pode esperar mais, pois isso está cada vez mais prejudicando nós, pescadores - além da poluição da água de arroz e de todos os agrotóxicos que desembocam nas nossas lagoas.

Eu sou moradora da Cigana e a gente vive bem. Esse é um projeto de poluição, pois projeto de despoluição não tem, somente projeto de poluição, porque são grandes arrozeiros, grandes empreendimentos, tudo jogado nas nossas lagoas, e acaba caindo tudo na nossa lagoa da Cigana.

Vemos a grande mortandade de peixes que houve lá, prejudicando hoje as nossas famílias. A nossa lagoa este ano produziu bem pouco camarão; muito pouco mesmo. E o peixe também tem sido pouco. E se a nossa barra não estiver aberta para que a água entre e limpe, fazendo esse ciclo de água, vamos acabar ficando também sem os peixes, que já estão poucos. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Também quero deixar aqui, como Movimento das Mulheres Pescadoras, a nossa indignação por essa lei que vem contra os pescadores e as pescadoras artesanais, que vem tirando os nossos direitos conquistados a duras penas pelas mulheres, e hoje elas irão acabar perdendo esse pouco de direitos que têm. E nós, mulheres, precisamos estar unidas contra isso porque isso só vem prejudicar os pequenos: as mulheres e os pescadores artesanais. Porque para os grandes não se faz leis, só se faz leis para os pequenos, que cada vez mais os prejudica. E a gente vai vendo que as nossas famílias, que os nossos filhos hoje não estão mais em condições de ficar na pesca. E se continuar assim, o que será da nossa Laguna, que vive especialmente da pesca?

Então, fica aqui a nossa indignação contra essas leis que prejudicam cada vez mais as mulheres pescadoras.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor padre Domingos Dorignon, pároco do bairro Magalhães, de Laguna.

**O SR. PADRE DOMINGOS DORIGON** - *(Cumprimenta os presentes, especialmente os pescadores.)*

Eu trouxe seis pontos que acho interessantes e que dizem respeito a nossa conversa.

Falou-se em plano, mas eu creio que é bom deixar bem claro que deve haver um plano para os pescadores, principalmente para aqueles que vivem da pesca, e outro para o turismo, porque as duas realidades são bem distintas. Aquele que vem pescar por *hobbie* no final de semana, muitas vezes tira o pão da mesa, da boca dos pescadores e das suas crianças.

Falou-se bastante em plano, mas eu creio que nós temos que ter ações emergenciais porque existem realidades que deveriam ter sido resolvidas há muito tempo. Uma delas é a questão do canal de Campo Verde, entre tantas outras.

Estado, de modo especial, para desenvolver essas ações emergenciais, eu creio que nós deveríamos reivindicar parte das multas de poluição na costa da serra, ou dar multa a todos os Municípios que não têm tratamento de água, e que essa multa fosse revertida em ações em benefício da lagoa do complexo lagunar, de modo especial aos pescadores. Então, que todas as fontes poluidoras fossem multadas, porque o povo brasileiro só se conscientiza mexendo no bolso, e que a maior parte desse recurso fosse revertida em benefício do complexo lagunar.

Outro ponto que nós devemos ver é que em 1974 foi retificado o rio Tubarão. Resolveu-se o problema de Tubarão e criou-se o problema das lagoas de Laguna, porque o rio, fazendo as suas curvas, além de filtrar a água, irrigava as lagoas. O rio retificado resolveu o problema de Tubarão e trouxe um problema favorecendo o assoreamento das lagoas e baixando o nível, porque estando o rio em curva os manguezais retinham água, criavam vitalidade, e o rio retificado empobrece as lagoas.

Além do mais, temos que ver o problema do complexo lagunar. Parte dele provém da encosta da serra geral. Se não tiver um tratamento, uma preservação das fontes d'água na costa da Serra Geral, sempre vamos receber o esgoto nas lagoas. E na costa da Serra Geral nós também temos que estar atentos às fosfateiras que querem se implantar em Anitápolis - vai ser mais uma fonte poluidora para o rio Braço do Norte, para o rio Tubarão e para o complexo lagunar. Eu creio que esse plano para o complexo lagunar deveria estar voltado para o plano e para ações emergenciais que deveriam ter sido executadas há mais tempo.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** -

Com a palavra o senhor Antônio Vieira Mancha, do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras.

**O SR. ANTÔNIO VIEIRA MANCHA** - Boa-tarde a todos. Agora nós temos uma mesa completa na qual todos são a favor dos pescadores, mas na hora em que eles se levantarem da mesa darão gargalhada da nossa cara.

Nós começamos pelo rio Tubarão. Para a bacia do rio Tubarão eles arrumam dinheiro para dragar, como dragaram agora aterrando o complexo lagunar, que está como um sumidouro das fossas da Amurel, que começa, como o padre falou, lá na Serra e esgota tudo aqui.

A barragem lá em Lauro Müller arrebentou, chegou até aqui e matou o peixe dos pescadores, os nossos peixes. Eles reverteram o caso: disseram que os pescadores estavam matando peixe e jogando fora. Alguém já fez isso? Disseram que a savelha está morrendo porque é um peixe fraco. Mas não colocaram o siri, o camarão, a corvina, o linguado que não boiam. É gente sem estudo e estudam uma coisa e falam outra. Nós temos que nos unir para reverter esse caso.

Tem gente que vem aqui e diz que esteve em Brasília, que fez isso e aquilo. Olha! Nós temos que abrir os olhos porque é muita conversa e pouca ação!

Nós estamos há dez anos com uma portaria lá, a IN, e eles dizendo que está saindo agora. Nós já fomos vinte vezes a Brasília. Falando nisso, agora que saiu do ICMBio, faz cinco meses, vazia. Foi para o Ministério da Pesca, vazia, não sei se já preencheram. O Horst falou que eles estão preenchendo agora. Não sei. Nós temos que nos unir, ir para lá e quebrar tudo; porque escutar conversa de Deputado, de Senador...

Nós estivemos lá e eles não me deixaram entrar porque eu estava de sandália, uma casa que é nossa! (Palmas.) Vocês veem a situação em que o cara se mete. Foi preciso que as mulheres, mais de trinta, tirassem os sapatos para nós entrarmos, e aí me deixaram entrar de sandália. Isso é uma pouca vergonha para uma mesa que diz que é favor do pescador! Sabem que o pescador anda de bermuda, de sandália de dedo, descalço, ele não está nem aí. Eles que estão debaixo da roupa preta, chegam lá e barram o cara. Se escondendo debaixo de roupa, é uma vergonha! (Palmas.)

Nós temos outras coisas. O complexo lagunar, como o Prefeito falou, nós precisamos de turista. Sim, precisamos de turista que vem trazer dinheiro para Laguna e não do turista que vem tirar o dinheiro dos pescadores. (Palmas.) E tem mais, os ricos estão acabando com o nosso manguezal. Um condomínio vem e mete as máquinas. Chama-se as autoridades e ninguém aparece. Estão todos ocupados. Isso é uma vergonha para um complexo de pescadores igual ao nosso! Tem mais ainda, porque se for para falar, vamos falar a tarde toda. (Palmas.)

Agora nós estivemos em Brasília falando sobre as indústrias. Itapirubá faz 40 anos que não dá um lance de peixe como nós demos

sábado: 14 toneladas. Porque os barcos saindo das costas, os empresários... e tem gente trabalhando para trazer eles para a costa de novo, como federação e confederação. Estão trabalhando e periga trazer, mas eu acho meio difícil. Porque nós temos o Hugo lá em Brasília para defender a nossa causa.

E precisa que os nossos Deputados daqui, os Prefeitos, que vêm aqui e dizem uma coisa e depois é outra, nós estamos isolados com a nossa turma, eles têm que se virar a nosso favor. No complexo lagunar eram para ser feitas, na ponte velha, dez galerias de 3 metros. Agora fizeram uma reunião com o DNIT, não vai ser feito mais porque o pescador não dá resultado para a obra que é. Agora vocês veem o tamanho da ignorância!

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Mario Cesar Martins da Silva, pescador.

**O SR. MARIO CESAR MARTINS DA SILVA** - Boa-tarde a todos. O que eu tenho a relatar aqui é que não é só a poluição, como o nosso amigo falou e todos falaram. Eu sou morador da comunidade da Cigana e a gente tem vivido... demais. A poluição tem acabado não só com a lagoa, está acabando conosco a cada dia. Nós, aos poucos, estamos morrendo também porque vamos todos os dias para a lagoa.

Eu, por exemplo, estou há dias pescando e não peguei 10 quilos de camarão, há mais de quinze dias pescando direto. Esta noite peguei 900 gramas de camarão. Isso que nós vivemos do lado de uma barra sendo que a água flui toda hora. Hoje nós vivemos esta situação.

Tem muitos amigos nossos que hoje não estão pescando. Quem chegar à nossa lagoa à noite vai ver que 90% dos pescadores não estão mais na lagoa, estão parados. A maior parte está cortando grama, roçando o quintal, porque não tem o que fazer! Pescar o quê? Novecentas gramas de camarão? Meio quilo de camarão? Não tem nada! A poluição está acabando com tudo!

Assoreamento nos rios, rio de Campo Verde. Hoje com a maré seca não dá um palmo de água. Vai trocar como a água das lagoas? Não tem como! Dá uma chuvinha, só vem poluição. Entrar água boa não entra porque está tudo assoreado, não tem como. Então, a minha indignação é sobre a poluição e o assoreamento dos rios.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Giacinto Bernardo Tasso, diretor técnico do Sindicato das Indústrias dos Armadores e da Aquicultura da Grande Florianópolis e Sul Catarinense, neste ato representando o presidente Hainer Gonçalves.

**O SR. GIACINTO BERNARDO TASSO** - Boa-tarde, senhores. É um prazer conhecer alguns.

Eu falo aqui como cidadão lagunense e não como engenheiro, nem como diretor técnico de sindicato. Eu conheço a Cida há um bom tempo, a gente já desenvolveu alguns projetos pelo Ministério do Trabalho, projeto de cidadania.

Eu quero dar uma sugestão com relação à região hidrográfica RH9, que é a nossa bacia. Fala-se muito em dragagem, em montar uma mega operação de dragagem. No meu ponto de vista, como os Municípios que estão no entorno do complexo lagunar - Imaruí, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Pescaria Brava - tanto requisitam máquinas - trator, caminhão -, também poderiam fazer aquisição de dragas para que cada Município tenha a sua draga, e assim fazer o sistema de dragagem em cada Município. Não precisa ser uma grande draga; dragas pequenas em cada Município conseguem resolver parte do problema. É só uma sugestão.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Julio Cesar da Silva Attanasio, presidente da Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações de Itapirubá (Apei).

**O SR. JULIO CESAR DA SILVA ATTANASIO** - (Cumprimenta os presentes, especialmente os pescadores.)

Em primeiro lugar, quero dizer que o seu Mancha, que acabou de falar, é um grande pescador. Eu estava lá no dia que o senhor estava a semana inteira remendando rede. Infelizmente, como o senhor falou, talvez o senhor não conheça Itapirubá. Itapirubá fica na divisa de Laguna e Imbituba. Por sinal, eu quero fazer uma crítica à Prefeitura de Laguna, que colocou 15 toneladas de tainha que foram pegadas no final de semana no seu site - onde pegaram foi na Praia Norte, por Imbituba.

Quero salientar também, Deputado, que Itapirubá foi uma das colônias mais ricas de Santa Catarina. O governo do Estado deu a ela mais de mil lotes e, no entanto, pela má administração de pessoas que pegaram a presidência da colônia e mais a assessoria, no tempo da Acaresc, que era para assessorar o pescador, mas não, ela vinha para



tacar a faca no pescador, era para roubar terra do pescador, como hoje acontece. Hoje a assessoria de qualquer um aí - eu posso falar porque eu participei da conferência da pesca, eu fui um batalhador da pesca artesanal, pela criação da Secretaria da Pesca e do Ministério da Pesca - é uma vergonha! Não é, senhor superintendente? O Brasil inteiro falando em rede nacional que quer acabar com o Ministério da Pesca, só falam no Ministério da Pesca e não tem ninguém que diga: "Olha, espera aí, por que o Ministério da Pesca?" (*Palmas.*) Então, eu sou conhecedor dessa causa.

Outro encaminhamento que a moça falou de casa de gelo, só para a senhora ter uma ideia: lá em Imbituba foi construída uma fábrica de gelo. Eu acho que o Ministro à época está respondendo até hoje no Tribunal porque construiu essa fábrica de gelo. Está lá apodrecendo porque não está sendo utilizada.

À questão do complexo lagunar eu não vou me ater porque em 1999 eu participei, mas não a fundo, do Grito das Águas, que era um camarada chamado Morelli, e depois eu fui saber que ele faleceu há um ano em Florianópolis. Uma grande liderança, fez um movimento tremendo aqui em Laguna, em Imaruí. Inclusive sobre a APA da Baleia Franca, ele me disse: "Júlio, a APA da Baleia Franca o Fernando Henrique assinou em 2000 e tem cinco anos para se adequar". E até hoje a lei não funciona porque as Prefeituras não foram notificadas por onde passa a APA da Baleia Franca. Eu queria que os pescadores que me antecederam na fala tivessem o conhecimento de que esse projeto Baleia Franca e não sei o quê tem helicóptero... Olha, a sorte é que o doutor Celso Três foi ter uma casa lá em Itapirubá. Eu mostrei para ele, denunciei R\$ 2 milhões que a Petrobrás mandava todo ano para eles andarem de helicóptero e fumar maconha. (*Risos e palmas.*) E às vezes vocês, pescadores, sofrendo por causa de tudo o que o Mancha falou. Eu não vou repetir. Eu assino embaixo.

Então, eu espero que vocês se conscientizem com esse sentimento, você do Ministério da Pesca, o superintendente da Pesca. Eu denunciei para a Rede Globo, eu era Secretário da Prefeitura de Imbituba, e a Rede Globo esteve lá em Imbituba, uma canalhice, um monte de pescadores fantasmas, professores e até funcionários da Prefeitura. Sabe o que aconteceu? Moral da história, o pescador que estava comigo para denunciar, o Promotor tinha recém sido trocado, porque trocam de Promotor como se troca... pegou o barco andando e mandou prender eu e ele. (*Risos e palmas.*) Já pensou?

E têm mais outras coisas graves. Nós pegamos envelopes com jornais, com tudo, meu Deus! Mandamos para Brasília, para o Ministro Thomaz Bastos, mandamos para a CGU, mandamos para tudo. Mandaram lá, caiu na mão de um tal de Américo, da Casan, que tinha sido cedido para o Ministério da Pesca. Chegou esse Américo que queria conversar conosco, e conversamos à noite. No outro dia estava sentado com o presidente da colônia e com o pescador com aquela roubalheira toda, no fim não aconteceu nada e deu no que deu. Então, companheiros, é isso aí.

E aproveitando a oportunidade, porque é muito difícil falar com o Prefeito, eu pediria que o Prefeito olhasse mais para Itapirubá, e que o Deputado Saretta, o Vampiro já conhece, passasse lá, visitasse, porque graças a Deus foram 15 toneladas de peixe. Todo mundo ganhou o seu peixinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Com a palavra o senhor Elísio Sgrott, Vice-Prefeito de Imbituba. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] [*Leiturista: Dulce M da Costa Faria.*]

**O SR. VICE-PREFEITO ELÍSIO SGROTT (Imbituba/SC)** - (*Cumprimenta as autoridades e demais presentes.*) Quero dar uma saudação especial aos pescadores pelo seu dia. Também quero dizer que conhecemos bem a área da pesca e da agricultura, até porque sou engenheiro agrônomo e trabalhei muito tempo na antiga Acaresc, depois Epagri, no Município de Imbituba, e no escritório regional de Tubarão que atendia a região.

Escutamos atentamente todas as colocações feitas e acreditamos que o Plano Diretor do complexo lagunar - envolvendo as Prefeituras dos Municípios vizinhos e todos os entes da Federação, União, Estados e Municípios e as entidades diretamente envolvidas - é a medida mais sensata, porque existem ações, como aqui foi colocado, em curto, em médio e em longo prazo. De forma ordeira vamos poder interagir com o Plano Plurianual, que está em construção para os próximos anos nos três níveis, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e com a Lei Orçamentária Anual. Com isso, poderemos avançar e teremos as conquistas.

Com relação à dragagem que aqui foi falada, é uma reivindicação antiga e necessária. Lembramos que nos anos anteriores

tinha o setor de dragagem - que era chefiado pela Cidasc no Município de Tubarão, o Claudemir lembra bem disso -, que prestava relevantes serviços não só aqui para a região, mas para todo o Estado de Santa Catarina.

Também foi colocado aqui, por uma pessoa que me antecedeu, que muitas vezes pequenas obras de dragagem podem ser resolvidas com equipamentos das Prefeituras - e isso é interessante. Também é interessante, Saretta, a ideia de que o Ministério da Pesca reunia recursos, partes das emendas dos Deputados e Senadores, e carreava para o Estado de Santa Catarina para poder equipar os Municípios. Essa ideia é interessante, Deputado Vampiro, para podermos sensibilizar os Deputados e Senadores para fortalecerem as necessidades do setor pesqueiro dos Municípios envolvidos no complexo lagunar.

Sabemos também que questões ligadas às realocações de algumas residências da encosta - e isso existe em Laguna e em outros Municípios que estão em áreas de APP -, realmente precisam de uma política habitacional para poder melhorar essas questões, porque quando se fala da poluição do complexo, muitas coisas que já foram citadas estão envolvidas.

No que tange à questão de trapiche e sarilhos, já que estamos falando em políticas públicas, temos que dar condições dignas aos pescadores. Imaruí é um exemplo: anos atrás, lá foram feitos trapiches e sarilhos bem próximos ao mercado para os pescadores. Esse é um bom exemplo que pode ser expandido para os Municípios vizinhos através de políticas públicas de recursos carreados ou do Fundo Social aqui do Estado, ou do próprio Ministério da Pesca e Aquicultura.

Com relação ao galpão para reforma de embarcações, para manter as embarcações tradicionais - que o próprio Ministério da Pesca libera recursos a fundo perdido -, os Municípios têm que ter um local adequado para fazer essas reformas com instalações elétricas, com profissionais atendendo, com máquinas. Então, as Prefeituras, a exemplo dos Prefeitos que estão aqui - os Prefeitos Manoel Viana, de Imaruí e o Everaldo dos Santos, de Laguna - e dos demais ausentes, nós estamos representando Imbituba e temos interesse em fazer essas parcerias, como também temos interesse em fazer o centro de comercialização para os produtos da pesca, da agricultura familiar e para os artesanatos que são feitos pela categoria. O turista que nos visita quer levar uma recordação, uma lembrança do artesanato local. Então, junto com a comercialização dos produtos da pesca e da agricultura familiar, também vamos incluir o artesanato. Dessa forma, o Município de Imbituba já está terminando um projeto que ficará ao lado do terminal rodoviário, e queremos estabelecer parcerias com os entes da Federação.

Sucesso no trabalho. Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado, Elísio.

Com a palavra o senhor Décio Abílio Maia, ambientalista.

**O SR. DÉCIO ABÍLIO MAIA** - Boa-tarde. Quero agradecer a todos, principalmente ao Prefeito Everaldo, porque esta audiência está sendo realizada aqui em nosso Município, e parabenizar a Polícia Ambiental através do seu Comandante.

A maioria aqui me conhece, fui atleta, fui um grande goleiro, e após deixar o futebol profissional fui ser desenhista letrista. Hoje sou ambientalista, sendo que as coisas relacionadas ao meio ambiente sempre me chamaram atenção.

Para vocês terem uma ideia, nos anos 1980 e 1990, antes de o País e o mundo se preocuparem em preservar o meio ambiente, eu já distribuía panfletos de animais em extinção como, por exemplo, o pássaro silvestre. Como eu gostava muito do panfleto, fazia xerox e saía distribuindo sem cobrar nada por isso dos estabelecimentos comerciais. Somente em 2000 é que o Brasil e o mundo acordaram para isso.

A Polícia Ambiental e a Fatma nos orgulham muito. Parabéns a todos, especialmente ao nosso Tenente-Coronel Jeferson que instalou a Polícia Ambiental à beira da lagoa, um ponto ótimo para a preservação da lagoa.

O nosso querido professor Márcio José Rodrigues, através de estudos, diz que os golfinhos se comunicam através de som, sendo que no verão usam muito o *jet ski* e isso é prejudicial. Nado nos molhes da praia - fui bombeiro e salva-vidas e já salvei três pessoas no mar -, e vejo que os pequenos cardumes, os pequeninos peixes se aglomeram nos cantinhos das pedras fugindo dos predadores. Então, como os peixes vão se desenvolver com o barulho na lagoa?

Com a construção da Vila Vitória - uma ação benéfica ao ser humano -, 30% da espécie de crustáceos e peixes diminuiram. Não é verdade?

Senhor Deputado, todos reivindicam a dragagem, que é importante, mas também é necessário proibir o uso do *jet ski* em toda a lagoa. É preciso estabelecer áreas para isso, como próximo à ponte que vai ser inaugurada agora.

Outra coisa: que fosse erguida uma rede de aço na boca do rio, na área onde chega a sujeira que sai da Serra e passa por Tubarão. Então é preciso fiscalizar e retirar essa rede de aço quando acumular galhos, garrafas, sujeiras, tudo, para que os barcos e as canoas possam navegar livremente.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** -

Com a palavra o senhor Marcelo Vargas, da Cooperativa de Resíduos Sólidos de Reciclagem, que nos entregou um documento que depois podemos tornar público.

**O SR. MARCELO VARGAS** - Boa-tarde a todos, pescadores e pescadoras aqui nesta assembleia.

Moro na Ponta das Pedras, sou pescador, sou filho e neto de pescador e estou observando há tempo que a lagoa está morrendo. Nós vamos fazer dez mil reuniões e assembleias e nada é resolvido, mas espero que hoje seja resolvido. Hoje os pescadores não estão vivendo, eles estão passando necessidade; o pescador é um guerreiro, é um batalhador porque não dá para viver só da lagoa.

O pescador que falar para mim que vive só da lagoa está sendo mentiroso! Hoje o pescador tem que fazer algum tipo de bico, alguma coisa para sobreviver porque a pescaria não está dando nada. Mesmo o pescador colocando dez ou trinta redes tipo aviãozinho, não consegue pegar 1 quilo de camarão! Se ele for pescar de rede, não consegue trazer para casa 100 quilos de peixe porque a lagoa está morta. A beira da lagoa está cercada de lixo de todos os tipos, pneus, garrafas, todos os tipos de poluentes.

Eu e uma moça da Udesc estamos lutando para abrir aqui em Laguna uma cooperativa de resíduos sólidos, porque vejo que essa cooperativa vai ser a solução da nossa lagoa. Tenho aqui uma foto que bati hoje da lagoa; transcorridos vinte minutos da foto que bati na Ponta das Pedras, tinha mais de 5 toneladas de lixo na beira do porto. Temos que acabar com essa poluição.

Deputados, olhem por nós e nos ajudem a abrir essa cooperativa, porque assim vamos acabar com isso. Essa cooperativa vai ser a solução do nosso lixo. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt] Também pedimos - os pescadores da Ponta das Pedras e outros pescadores - que aqui em Laguna seja feita uma área de preservação permanente, para que possamos preservar o nosso peixe e o nosso camarão. Hoje se fala muito em preservação de lagoa, mas nunca se falou em uma área de preservação permanente para os crustáceos, o siri e o camarão, da nossa lagoa. Isso porque, hoje, todo mundo entra na nossa lagoa e pesca como quiser, sendo pescador ou não.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** -

Obrigado ao Marcelo, que também nos deixou duas correspondências, e uma delas é exatamente a respeito do problema da lagoa em relação à poluição - portanto, uma questão já bastantes vezes citada nesta audiência. Mas outro tema que ele aborda não foi levantado nas manifestações desta audiência; então, eu citarei rapidamente este documento através do qual você, Marcelo, fala sobre os botos.

Todos os anos, na nossa vida marinha, com os nossos garotos-propaganda que são os botos, vivemos um problema, uma barbárie, pois mais de quatro botos por ano são mortos em Laguna, na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, por redes e outros artefatos de pesca, além da poluição existente. Então se chama a atenção aqui no sentido de que se tenha algum programa, alguma forma especial para não permitir que daqui a pouco os botos estejam em extinção. Portanto, obrigado pela sua contribuição.

Na sequência, antes de passarmos aos encaminhamentos, passo a palavra ao senhor Marciano Ribeiro, coordenador da Pesca de Imaruí, neste ato representando Luciano Cesar Boico, Secretário Municipal da Pesca e Aqüicultura de Imaruí.

**O SR. MARCIANO RIBEIRO** - Boa-tarde a todos. (Cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes.)

Falou-se aqui do rio Tubarão, mas nós também temos um grande problema em Imaruí que se chama rio Duna, devido à poluição provocada pelo arroz. O nosso companheiro falou que esta noite pescou somente 900 gramas, mas nós, há três meses, não pegamos um camarão na lagoa Mirim. E daí é mais uma reunião, mais uma audiência, não é, Cida?

Tem uma IN há dez anos, e será que vamos esperar mais dez anos? O complexo lagunar não vai esperar, ele está morto, ele já

morreu, e quem está sofrendo com isso é o pescador. Sempre arrebenta no pescador. O maior anseio do pescador... Hoje, qual pescador tem 20 anos, gente? Vocês podem me citar um de 20 anos - da comunidade? Nenhum.

Hoje é Dia de São Pedro, uma das profissões mais antigas do mundo. São Pedro era pescador, mas naquela época tinha Jesus Cristo que fazia milagre - e hoje, quem vai fazer o milagre para os pescadores? Nós esperamos que os políticos, os Deputados, o Ministério da Pesca, a Secretaria da Pesca do Estado, façam esse milagre, caso contrário não vai existir o amanhã. E a profissão de pescador é uma das mais antigas e das mais lindas que existe neste nosso mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado a você, Marciano.

Passo a palavra ao senhor Volnei dos Santos Tomé, presidente do Sindicato dos Pescadores de Imaruí.

**O SR. VOLNEI DOS SANTOS TOMÉ** - Uma boa tarde à mesa, a todos os pescadores e a todas as pescadoras. Hoje, Deputados, este salão deveria ser pequeno, porque era para estar lotado de pescadores e de pescadoras. Isso significa que os nossos pescadores e as nossas pescadoras não estão acreditando nas promessas políticas. Hoje eles não vêm mais às reuniões devido a isso.

Quando começou a construção da ponte Anita Garibaldi aqui, nós já sabíamos que Pescaria Brava e Imaruí iriam sofrer devido ao nosso pescado. Essa construção atrasou muito a nossa safra. Acho que Imaruí deu camarão por uns quinze dias, e, como disse o Marciano, de lá para cá ninguém pescou nada, nem peixe, nem camarão, nem mais nada. Por conta disso, nós estamos passando sérias dificuldades financeiras.

Tenho um filho de 22 anos, mas nunca ensinei para ele o que é uma proa, o que é uma popa, porque a nossa lagoa já deu futuro, mas agora não dá mais. Hoje ele está estudando, está fazendo faculdade, porque a nossa lagoa não oferece mais as condições de pesca que os nossos pais tinham antigamente. Eu lembro bem que quando saía para pescar com o meu pai nós dávamos dois lanços, três lanços; nós não pescávamos nada, e ele dizia que íamos embora porque aquilo não dava futuro, era só para pegar o almoço mesmo.

Imaruí sofre também, pois quando falta pescado o mercado de Imaruí também sofre; as lojas, todo o comércio sofre junto quando o pescador não pesca. Eles têm mania de dizer que o pescador é vadio. Pescador não é vadio, porque enquanto alguns estão dormindo o pescador está trabalhando. Pescador não é vadio, pescador faz parte de uma classe trabalhadora e sofrida.

Hoje é Dia de São Pedro, mas agora vocês imaginem: São Pedro era pescador e, se ele estivesse hoje nesta nossa reunião, invocado do jeito que era, o que não faria hoje aqui? Ele malhava o pau em todo mundo, assim como o Mancha faz, mas o Mancha tem razão. E eu assino embaixo de tudo o que o Mancha disse.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Obrigado também, Volnei.

Vamos tentar resumir as manifestações e os encaminhamentos propostos. A audiência pública é para isto, é para chamar a atenção das pessoas, é para podermos noticiar pelo Estado inteiro o assunto, é para chamar a atenção de quem está aqui presente. Eu tenho certeza de que, quem veio para esta mesa, a última coisa que vai fazer depois desta audiência é rir de tudo isso; se está aqui é porque tem seriedade e veio com o propósito de ajudar. Esse é o objetivo de todos, tenho certeza disso.

Por isso, vamos ver se foram captadas nesta audiência as principais questões expostas aqui, muitas das quais cabem a entidades diferentes. E aqui já estão as entidades, as Prefeituras, o Estado - aqui representado -, o Ministério da Pesca - aqui representado pelo superintendente, assumindo o compromisso de levar isso adiante.

Eu queria tentar ver se nesse documento (*mostra documento*) que a Maria Aparecida dos Santos Ramos, a Cida, nos entregou estão contempladas todas as questões aqui citadas, porque se estiverem e se houver concordância sobre os pontos, Deputado Vampiro, depois vamos transformar isso também num documento em nome da Comissão de Pesca e Aqüicultura da Assembleia Legislativa, deixando bem claro que a Comissão não é executiva, ela está aqui para ajudar os pescadores. Não somos o governo, não somos aqueles que baixam as normas, mas somos aqueles que podem, juntamente com vocês, pressionar para que as normas saiam.

Então, havendo concordância, faremos um documento em nome da Comissão, dirigido aos responsáveis pelas questões aqui

colocadas: aprovação da instrução normativa proposta pelos pescadores em parceria com o Ceperg; abertura de canais no atual aterro (continuidade da ponte) para facilitar a circulação das águas; abertura de um canal para a movimentação das águas entre as diversas lagoas (Santo Antônio, Mirim e Imaruí); desassoreamento do Rio Carniça, localizado na comunidade de Campo Verde; fiscalização em todo o complexo lagunar no que tange à exploração imobiliária, bem como ao esforço da pesca nas lagoas; medidas urgentes contra os poluidores das águas, tanto na agricultura quanto na geração de resíduos de carvão. Essas são as propostas que contemplam as manifestações aqui feitas.

O Deputado Vampiro propõe também outra ação, e passo a palavra a S.Exa. para que possa externar esta questão do Fórum Parlamentar, o que considero muito importante.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO VAMPIRO -**

Na verdade, vimos que é um problema que se arrasta ao longo do tempo. Os pescadores estão cansados, há um sentimento de incredulidade em relação a qualquer ação nesse sentido.

Mas primeiro eu gostaria de dizer que quem está aqui é que tem responsabilidade. No período eleitoral muita gente passa e fala bastante, mas quem participa, quem faz uma audiência pública, quem convoca e está aqui presente é porque quer saber, obviamente, sobre a questão e quer se interessar acerca dos fatos. O Deputado Neodi Saretta é de Concórdia, mas está aqui, é o Presidente da Comissão da Pesca e vem aqui saber de que forma pode contribuir. Trouxe o Horst, a Secretaria de Estado da Agricultura, o Secretário Regional, para ver de que forma a gente pode encaminhar as questões. A Assembleia Legislativa não executa; é uma Casa Legislativa que pode fazer leis estaduais, que pode fiscalizar algumas ações, mas pode efetivamente entrar em uma ação de direito.

Sobre o que o Cará disse, não acho que você tenha falado só para vinte pessoas, quarenta pessoas. Você falou para todo o Estado de Santa Catarina, porque esta audiência está sendo televisionada pela TVAL. É muito importante nós chamarmos a atenção do Estado de Santa Catarina acerca da situação calamitosa em que se encontra o complexo lagunar. Acho que isso é muito importante. Ninguém veio aqui para rir, nós vimos aqui para discutir com seriedade, e é isso o que estamos fazendo aqui. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

Só tem dois Deputados Estaduais aqui, mas que bom que tem! Que bom que teve a ação do Deputado Neodi Saretta em fazer a solicitação. Que bom que teve a nossa presença, que neste ato está representando a bancada do sul de Santa Catarina.

Temos que fazer uma ação conjunta, e a primeira medida, Horst, é sabermos efetivamente quanto custa o processo de desassoreamento. Alguém falou em valores aqui? Não! Cadê o projeto de desassoreamento? O de Campos Novos, o padre Domingos e a Cida estiveram na Prefeitura, eu também estava participando, o de Campos Verdes custa R\$ 560 mil. Quanto custam os outros? Existe projeto executivo, qualitativo e quantitativo? Não adianta a gente falar, falar e falar! Tem projeto ou não tem. Ah! Não existe projeto!

Secretaria de Agricultura e Pesca e Secretaria e Ministério da Pesca, nós precisamos do projeto, porque sem projeto não conseguimos nenhum tipo de obra, sem projeto não se faz estradas e não se constrói hospital. É dessa forma que temos que trabalhar. Qual é o nosso primeiro objetivo? É a construção de um projeto? É disso que nós precisamos? Quanto vai custar um projeto executivo de desassoreamento? Dez milhões, oito milhões, sete milhões? Ah, sim, com o projeto, vamos buscar a bancada federal; a Comissão da Pesca, presidida pelo Deputado Neodi Saretta; vamos até o Governador Raimundo Colombo e ao vice-Governador Eduardo, para solicitarmos recursos nesse sentido.

Eu acredito que esta audiência pública é importante para ouvir, mas temos que ter encaminhamentos. Acho que isso é o mais importante de tudo. O Vereador Rodrigo Moraes, que acompanha tudo atentamente desde o começo, é importante uma audiência pública, é do Legislativo, mas nós temos que ter essa sensibilidade. O Tinho, que representa uma classe, efetivamente veio aqui e deu a ideia de ter pequenas dragas nos Municípios. Se houvesse uma draga constante no Município de Laguna e se tivesse feito o desassoreamento de Campos Verdes, no rio Carniça ou no Cigana, já estaria desassoreado, não tenho dúvida nenhuma. E ficou quando tempo sem fazer nada? Quem está aqui, está com responsabilidade, não tem ninguém aqui sem responsabilidade.

Esse é o meu primeiro mandato, fui bem votado aqui, entrei nessa Comissão de Pesca, sou de Criciúma, mas entrei na Comissão de Pesca porque acho interessante essa região, fui bem votado e quero representar bem a região, mas para representar tenho que trabalhar, e

o primeiro trabalho começa aqui. Eu acho que é dessa a forma que começamos a fazer uma ação importante.

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer o seguinte encaminhamento: temos que solicitar ao Ministério da Pesca - e o Horst pode dizer se existem recursos ou não, isso é o mais importante, ou a Shirley, que é da Secretaria da Pesca e da Agricultura - para ver a disponibilidade de elaborarmos um projeto. Eu não vi ninguém dizer aqui: "Eu vim para ouvir das entidades se tinha um projeto de desassoreamento." Eu não ouvi dizer! Ninguém falou! *(Palmas.)*

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)*

Meu querido, é o seguinte: se ficarmos sem projeto, vamos fazer mais dez reuniões e não vai ter projeto. Saiu a obra porque tem projeto. A verdade...

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "A 437 tem projeto e não sai!")*

A 437? Ah tu queres falar sobre estrada ou sobre a pesca? Se quiser falar nesse nível, meu irmão! A gente veio aqui para falar sobre a pesca. É importante sairmos com uma solução para a pesca. A audiência de transporte é com a Comissão de Transporte Rodoviário do Estado e Santa Catarina. Esta Comissão trata da pesca.

Por isso, na verdade nós temos um encaminhamento: não tem projeto. É isso ou não? Alguém tem projeto?

*(Tumulto na plenária, com diversas pessoas falando ao mesmo tempo.)*

Projeto governamental. Eu não estou dizendo...

*(Tumulto na plenária com diversas pessoas falando ao mesmo tempo.)*

Esse é o projeto do governo federal, certo? Horst, o que podes dizer para nós em relação a esse projeto? A gente tem que cobrar dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta) -** Pessoal, as manifestações já aconteceram, o.k.? Peço para a assessoria garantir a palavra, porque quero que o Horst também se manifeste. Ouvimos a proposição do Deputado e já ouvimos novas manifestações. Estamos fazendo as conclusões dos encaminhamentos, que é a parte que eu julgo mais importante; todas as falas foram boas, mas os encaminhamentos são fundamentais.

Com a palavra o senhor Horst Döering, Superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina.

**O SR. HORST DÖERING -** São duas coisas diferentes que estamos discutindo. Uma é a instrução normativa. Instrução normativa não é obra, é publicação de uma norma.

Eu informei aqui no começo que na quinta-feira agora tem uma reunião dos dois Ministérios para ver se passam a régua.

O que o Deputado Vampiro colocou é se existe projeto para toda essa demanda de dragagem do conjunto das lagoas. Temos a demanda de derrocamento e abertura da barra e a dragagem da Bacia de Evolução, que vamos discutir na próxima audiência pública, que está prevista nos recursos do PAC 3, tanto o projeto executivo como a execução da obra. Essa é uma questão.

A outra demanda é fazermos a dragagem dos principais canais de navegação das lagoas. Pelo que sei, não existe projeto técnico.

Essa alternativa das pequenas dragas municipais hoje não existe. Em Imaruí tem uma proposta de convênio no Ministério da Pesca para receber uma draga para fazer a dragagem dos canais de navegação lá, mas não tem projeto executivo. Pelo que eu escutei de pessoas, para fazer essa dragagem total das lagoas é uma demanda maior de R\$ 100 milhões a dragagem, a obra.

Deputado Vampiro, parece que é uma ação que diz respeito também ao Ministério da Integração Nacional. Talvez fosse aconselhável fazermos uma reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, com a bancada federal, para colocar a bancada federal nesse circuito para incluir recursos orçamentários, do Orçamento da União, seja uma parte pelo Ministério da Pesca, seja pelo Ministério da Integração Nacional, seja pelo Ministério das Cidades, porque um projeto regional de desenvolvimento sustentável também tem o viés do saneamento básico através do Ministério das Cidades.

Então, eu creio que a gente deveria pautar esse assunto com o Fórum Parlamentar Catarinense, um projeto de despoluição, para ter um encaminhamento unificado do Estado com o governo federal. Depois, se a bancada federal decidir destinar uma emenda coletiva para essa finalidade, a gente já abre uma porta que hoje está fechada. Então eu imagino essa perspectiva.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta) -** Obrigado, Horst.

**O SR. HORST DÖERING** - Deputado Saretta, a Presidente Dilma vai estar aqui em julho. Eu creio que devêssemos com as Prefeituras, com a Assembleia e com as entidades, pautar um documento para entregar para a Presidente - de preferência, devemos articular antes em Brasília com o Ministro da Pesca, Helder, para que ele provoque a Presidente com antecedência para, quando ela falar aqui, dizer alguma coisa sobre a pesca.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Neodi Saretta)** - Acho que esse encaminhamento é importante. Até queria sugerir que esse documento fosse elaborado em conjunto com os Prefeitos que fazem parte do complexo lagunar, que após poderão nos enviar e nós podemos subscrever esse documento. Então, proponho que ficasse a cargo principalmente da Secretaria Regional para ver com os Prefeitos.

(O senhor *Julio Cesar da Silva Attanasio manifesta-se fora do microfone: "Poderia ouvir a Cidasc."*)

Então, a Secretaria Regional coordena aqui com os Prefeitos. Acho que é importante a elaboração de um documento que possa sintetizar esse pedido. Quando a Presidente vier, a entrega do documento será muito importante.

Também a reunião com o Fórum Parlamentar, que o Deputado Vampiro nos propôs antes e conversando com o Horst, podemos fazer um documento em nome da Comissão propondo o Fórum Parlamentar.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que esse foi um momento importante para debatermos. Estamos à disposição para continuar ajudando naquilo que for preciso.

Nada mais havendo a tratar, queria mais uma vez agradecer a presença de todos e damos por encerrada esta audiência pública. Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*]

**DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2046/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 012/2015, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE CINCO LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE JAWS (LEITOR DE TELA), VERSÃO 16, DA FABRICANTE FREEDOM SCIENTIFIC, COM LICENÇA DONGLE.**

#### ITEM ÚNICO

Vencedora: TECASSISTIVA - Tecnologia Assistiva, Comercialização, Importação e Exportação de Programas e de Equipamentos de Informática Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 27.250,00

Florianópolis, 05 de agosto de 2015

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA  
PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 106/2015

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 08/06/2015, referente ao Contrato CL nº 037/2014-00, celebrado em 16/12/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: VH Informática Ltda

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Alterar o item 7.5.1 da cláusula sétima do contrato original, mais especificamente o subitem 1.34, tendo em vista que o título correto daquela fração de serviço é "**Site da Escola do Legislativo**" e não "**Sistema da Escola do Legislativo (desktop)**", conforme constou no projeto original.

2) Acrescentar no contrato emergencial 037/2014-00, de 16/12/2014, que se originou do contrato nº 007/2009-00, mais especificamente no item 09 da cláusula quarta, o treinamento permanente dos usuários dos sistemas desenvolvidos e do suporte técnico aos usuários do sistema de manutenção.

3) Incluir, nas atribuições da contratada, os serviços citados na cláusula quarta, subitem 13.2 do contrato 007/2009-00 (que deu origem ao contrato nº 037/2014-00 ora aditado), a **hora técnica/homem para os serviços de suporte e atendimento à rede.**

4) O valor mensal é de até R\$ 23.178,53

VIGÊNCIA: 17/12/2014 a 16/06/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" da Lei nº 8.666 de 21/06/1993; Ato da Mesa 094, de 09/02/2015 e 128, de 27/02/2015; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 05 de agosto de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Reinhard Richter- Diretor de Tecnologia e Informações

Valdir Antônio Haubert- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 107/2015

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 19/06/2015, referente ao Contrato CL nº 018/2013-00, celebrado em 15/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Milsul Comércio Importação Exportação Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Alterar a denominação social e o respectivo número de inscrição no CNPJ que consta na Cláusula Primeira, item 1.2 deste contrato, em razão da consolidação/incorporação da empresa Milsul Comércio Importação e Exportação Ltda. pela empresa Konica Minolta *Business Solutions do Sul Ltda.*

2) *Reajustar o contrato com base no IGPM apurado no período de maio/2013 a abril/2015, com eficácia financeira a partir do dia 16 de maio de /2015, que foi de 11,81%.*

3) O valor do acréscimo mensal é de R\$ 747,53 e, o valor anual (12 meses), passa de R\$ 75.950,00 **para** R\$ 84.920,40.

4) O valor da cópia excedente passa de R\$ 0,07 para R\$ 0,08.

VIGÊNCIA: a contar de 16/05/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Art. 65, II, "d" combinado com § 8º, da Lei 8.666/93; Item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original; Ato da Mesa 128, de 27/02/2015 e, Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 05 de agosto de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Reinhard Richter- Diretor de Tecnologia e Informações

Flávio Peng- Gerente

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 108/2015

REFERENTE: Inexibilidade de Licitação nº 017/2015, celebrado em 17/07/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Município de Balneário Rincão.

OBJETO: Aquisição de cota de participação na "**21ª Festa da Tainha**"; "**2º Seminário da Pesca**" e "**1ª Feira do Empreendedor**", que acontecerão nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015 no município de Balneário Rincão.

VALOR: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 046/2015, Ato da Mesa nº 094, de 09/02/2015 e Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio), todos do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 05 de agosto de 2015.

Gerson R. de Bandeira Pamplona- Diretor Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 109/2015

REFERENTE: Contrato nº 026/2015 celebrado em 17/07/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Município de Balneário Rincão;

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:

1) Aquisição de cota de participação na "**21ª Festa da Tainha**"; "**2º Seminário da Pesca**" e "**1ª Feira do Empreendedor**", que acontecerão nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015 no município de Balneário Rincão, com direito ao uso de espaço físico para exibição do material promocional da ALESC e de *stand* com 10m².

VALOR: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 046/2015-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 017/2015; Ato de Mesa nºs 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente e Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 05 de agosto de 2015

Gerson R. de Bandeira Pamplona- Diretor- Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

Décio Gomes Góes- Prefeito Municipal

\*\*\* X X X \*\*\*

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL****ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 181**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos arts. 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição do Estado, comunico a essa augusta Casa Legislativa que o Excelentíssimo senhor Vice-Governador do Estado deverá ausentar-se do País, do dia 30 de julho a 6 de agosto do corrente ano, em caráter particular, sem acarretar ônus ao erário.

Florianópolis, 31 de julho de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Gabinete do Vice-Governador**

Excelentíssimo Senhor,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Florianópolis, 28 de julho de 2015.

Ofício GVG nº 66

Senhor Governador,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que realizarei viagem ao exterior, no período de 30 de julho a 06 de agosto do corrente ano, em caráter particular, sem ônus para o Estado.

Respeitosamente,

**EDUARDO PINHO MOREIRA**

Vice-Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 431/15**

Ofício nº 01/2015 São José do Cedro, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Padre Romualdo Zimmer, de São José do Cedro, referente ao exercício de 2014.

François Cristiano Cousseau

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 432/15**

Ofício nº 02/2015 Lages, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários e Voluntários, em Lages, referente ao exercício de 2014.

Rudy Nodari

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 433/15**

Ofício nº 05/2015 Sombrio, 07 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, de Sombrio, referente ao exercício de 2014.

Neuza Possamai Bristot Guimarães

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 434/15**

Ofício nº 009/2015 Florianópolis, 13 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Holístico Luzes da Esperança, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Ricardo Moreira Peixoto

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 435/15**

Ofício nº 015/2015 Correia Pinto, 09 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária Dona Ema Cevei, de Correia Pinto, referente ao exercício de 2014.

Malba Costa da Silva

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 436/15**

Ofício nº 013/2015 São José, 14 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, referente ao exercício de 2014.

Irmã Alzira Hoepers

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 437/15**

Ofício nº 016/2015 Tijucas, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Assistencial Espírito Santo, de Tijucas, referente ao exercício de 2014.

Atilio José Campos

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 438/15**

Ofício nº 020/2015 São João do Oeste, 10 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Assistência e Educação São João, de São João do Oeste, referente ao exercício de 2014.

Rudi Aloisio Rasch

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 439/15**

Ofício nº 22/2015 Brusque, 07 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional Evangélica, de Brusque, referente ao exercício de 2014.

Marcus Schlosser

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 440/15**

Ofício nº 022/ASPI/2015 Florianópolis, 02 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Paroquial de Ingleses (ASPI), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Ricardo José de Souza

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 441/15**

Ofício nº 25/2015 Rio Negrinho, 07 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2014.

Zélia Gonçalves

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 442/15**

Ofício nº 25/2015 Sombrio, 07 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Sombrio de Integração Educacional e Social (ASIES), de Sombrio, referente ao exercício de 2014.

Zulma Antonia Simon

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 443/15**

Ofício nº 28/2015 Celso Ramos, 13 de junho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Celso Ramos, referente ao exercício de 2014.  
Lúcia Canani Luchtemberg  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 444/15**

Ofício nº 30/2015 Florianópolis, 13 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (FEAPAESC), em Florianópolis, referente ao exercício de 2014.  
Julio Cesar de Aguiar  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 445/15**

Ofício nº 34/ADI/2015 Itajaí, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Desportiva Itajaiense (ADI), de Itajaí, referente ao exercício de 2014.  
Claudia Monteiro do Nascimento  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 446/15**

Ofício nº 041/2014 Blumenau, 09 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Renal Vida, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.  
Roberto Benvenuto  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 447/15**

Ofício nº 45/2015 Sombrio, 06 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Sombrio, referente ao exercício de 2014.  
Jose Luiz Lopes  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 448/15**

Ofício nº 050/2015 Balneário Piçarras, 09 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Caminhar Juntos, de Balneário Piçarras, referente ao exercício de 2014.  
Elisabeth Fetzer  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 449/15**

Ofício nº 057/2015 Rio Fortuna, 10 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna, referente ao exercício de 2014.  
Luiz Sérgio Hemkemeier  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 450/15**

Ofício D. Exe. nº 059-15 Lages, 14 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Fundação UNIPLAC, em Lages, referente ao exercício de 2014.  
Marco Aurélio de Liz Marian  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 451/15**

Ofício nº 059/2015 Videira, 30 de junho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira, referente ao exercício de 2014.  
Filomena Simioni Cordeiro  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 452/15**

Ofício nº 66/2015 Palhoça, 05 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário de Aririú da Formiga, de Palhoça, referente ao exercício de 2014.  
Mauro Cesar da Silva Goulart  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 453/15**

Ofício nº 071 Balneário Camboriú, 06 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2014.  
Margid R. Buckstegge  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 454/15**

Ofício nº 076/15 Caçador, 13 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social (ACEIAS), de Caçador, referente ao exercício de 2014.  
Maria Lucia Bertolini  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 455/15**

Ofício nº 091/2015 Laguna, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2014.  
Regina Ramos dos Santos  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 456/15**

Ofício nº 092/2015 Papanduva, 09 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, de Papanduva, referente ao exercício de 2014.  
Izeo Pitt  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 457/15**

Ofício nº 110/2015 Rancho Queimado, 28 de junho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Cidade da Esperança, de Rancho Queimado, referente ao exercício de 2014.  
Luciano Pereira Paiva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 458/15**

Ofício nº 124/2015 Orleans, 08 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional Barriga-Verde, de Orleans, referente ao exercício de 2014.  
Elcio Willemann  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*



**OFÍCIO Nº 459/15**

Ofício nº 263/Cmd/2º CBM/2015 Porto União, 06 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, referente ao exercício de 2014.

Luiz Alberto Pasqualin  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 460/15**

Ofício HSVP/ADM 486/2015 Mafra, 10 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, de Mafra, referente ao exercício de 2014.

Luis Fernando Scardazan  
Coordenador Administrativo

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 461/15**

Blumenau, 06 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cruz Azul no Brasil, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

Rolf Hartmann  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 462/15**

Ofício nº 008/2015 São José, 13 de julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José (ASAPREV), referente ao exercício de 2014.

João Osmar Quadros Pacheco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 463/15**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Missão Evangélica União Cristã, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

Erno Dietterle  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 464/15**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Indaial, referente ao exercício de 2014.

Helga Ittner  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 465/15**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Bom Retiro, referente ao exercício de 2014.

Eurico Roberto Willemann  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 466/15**

Blumenau, junho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunhão Martim Lutero, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

P. Dr. Osmar Zizemer  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 467/15**

Florianópolis, 14 julho de 2015  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Cristã do Templo de Jurerê Internacional, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Antônio José Rosa de Albuquerque  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 468/15**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Amigos do Hospital Florianópolis (AHFLOR), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Anésio Silva Botelho  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 469/15**

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Obra Kolping de Rio Sul, referente ao exercício de 2014.

Idálio Sartori  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 2122, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CLAUDETE MARCHESINI COMASSETTO**, matrícula nº 7744, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de Agosto de 2015 (Gab Dep Jean Leutprecht).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2123, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA, matrícula nº 2616, de PL/GAL-76 para o PL/GAL-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2015 (Liderança do PSD).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2124, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SIMONE KUHNEM RAUPP, matrícula nº 5164, de PL/GAL-64 para o PL/GAL-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2015 (Liderança do PSD).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2125, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUCIANO PORTO, matrícula nº 4059, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-74, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 04 de Agosto de 2015 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2126, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUIZ CARLOS MENDES, matrícula nº 5715, de PL/GAB-74 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 04 de Agosto de 2015 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2127, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor EMILIANO RAMOS BRANCO NETO, matrícula nº 7929, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-82, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2128, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FABIAN FAVERO VARELA, matrícula nº 7787, de PL/GAB-50 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Agosto de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2129, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, na DL - Coordenadoria de Expediente, a contar de 1º de agosto de 2015.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2130, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 1º de agosto de 2015.

**Gab. Dep. Narcizo Parisotto**

Matrícula	Nome	Cidade
3430	ANDRE RICARDO DE SOUZA	BIGUAÇÚ

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2131, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de agosto de 2015.

**Gab. Dep. Gabriel Ribeiro**

Matrícula	Nome	Cidade
8061	DELVAIR APARECIDA GONÇALVES	LAGES

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2132, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR CELSO ANTONIO FRITZEN** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dr. Vicente - Jaraguá do Sul).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2133, de 5 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR SUELEN FERNANDES FEUSER** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dalmo Claro de Oliveira - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI nº 0283.4/2015**

Declara de utilidade pública a Associação Equipe Cultural Artística Sagrado Coração de Jesus, de Coronel Freitas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Equipe Cultural Artística Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Coronel Freitas.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente Projeto de Lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Equipe Cultural Artística Sagrado Coração de Jesus, de Coronel Freitas.

A entidade tem como finalidade difundir, estimular e desenvolver atividades educativas, culturais, recreativas, de lazer e outras que promovam a cidadania; bem como promover a assistência social benéfica nas áreas de sua abrangência.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, peço aos nobres Parlamentares a aprovação desse Projeto de Lei.

Deputado Cesar Valduga

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0284.5/2015**

Dispõe sobre a inserção de ícone da página do PROCON-SC pelos sítios eletrônicos nos casos que indica.

Art. 1º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo e os de ofertas de compras coletivas ou modalidades análogas de contratação, que mantêm atendimento em meio eletrônico no Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a inserir o ícone da página do PROCON-SC - [www.procon.sc.gov.br/index.php/atendimento](http://www.procon.sc.gov.br/index.php/atendimento) - em seus respectivos sites.

Art. 2º Os dispositivos de inserção do ícone previsto no art. 1º deverão ser configurados no mesmo alinhamento vertical ou horizontal e na mesma proporção gráfica utilizada na divulgação e venda de produtos, além de conter acima do ícone do PROCON-SC a seguinte inscrição: PARA RECLAMAÇÕES, CLIQUE AQUI", em local de destaque e de fácil visualização.

Art. 3º A inobservância da conduta descrita nesta Lei ensejará aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990.

Art. 4º A fiscalização desta Lei poderá ser exercida pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor ou mediante denúncia do consumidor interessado.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

**JUSTIFICATIVA**

O PROCON-SC é um órgão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, criado em 1988, atendendo disposição constitucional, uma vez que o art. 170, cuidando da Ordem Econômica e Financeira, estabelece defesa do consumidor como um dos princípios (inciso V) gerais da atividade econômica. O inciso XXXII do art. 5º da Carta Magna impõe ao Estado a promoção legal da defesa do consumidor. A Lei nº 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor, que teve sua regulamentação através do Decreto nº 2.181/97 espelha uma das leis mais avançada na defesa do consumidor, sobretudo nos ordenamentos judiciais e administrativos. A partir desses ordenamentos inicia-se a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, além dos eventuais sistemas municipais.

Por sua vez, o art. 55 da Lei nº 8.078/90 e o art. 3º, inciso X c/c o art. 4º, inciso I, do Decreto nº 2.181/97 atribui aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a competência para a fiscalização, elaboração e execução da política estadual de defesa do consumidor.

Embora tenhamos, a nível nacional, o Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, que regulamenta a Lei nº 8.078/1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, essa norma regulamentar não prevê o objeto da nossa proposta legislativa.

A tendência é de avançarmos cada vez mais no cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais com relação a defesa do consumidor, a parte vulnerável na relação de consumo, principalmente no comércio eletrônico, razão pela qual pensamos que a propositura é fundamental para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico estadual, tendo, assim, por justificado o encaminhamento para aprovação do Projeto de Lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Deputado Cesar Valduga

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0285.6/2015**

Institui o Dia Estadual da Família na Escola, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Família na Escola, a ser realizado, anualmente, no dia 24 de abril, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia Estadual da Família na Escola tem como objetivo estimular que as famílias visitem as escolas e realizem tarefas de interação com os filhos.

Art. 3º A data alusiva ao Dia Estadual da Família na Escola de que trata esta lei, passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 24, inciso IX, estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. A mesma Carta Política estabelece à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência administrativa comum para proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (art. 23, inciso V).

Assim, a presente iniciativa legislativa tem por finalidade criar o Dia Estadual da Família na Escola.

Ressalte-se que já acontece o Dia Nacional da Família na Escola, promovida pelo Ministério da Educação - MEC, que se realiza no dia 24 de abril. Este dia surgiu para conscientizar a sociedade sobre a importância da parceria família-escola na formação das crianças.

A presença da família é considerada muito importante na Escola, uma vez que aproxima os pais e a escola para que eles participem da vida escolar dos filhos.

O Dia Estadual da Família na Escola não é uma ação isolada, faz parte de um conjunto de atos conjuntos que, além de colaborar com os múltiplos aspectos escolares, inclusive o disciplinar, é uma valiosa ferramenta para o professor conhecer o aluno, compreendê-lo, ajustar o processo pedagógico, fazer com que a aprendizagem se torne concreta.

A escola mostrará, igualmente, a importância do saber. A colocação no mercado de trabalho está diretamente relacionada aos anos de escolaridade, à competência profissional, de forma que a escola conscientizará os pais e os alunos acerca da importância da dedicação ao estudo para alcançar o sucesso profissional.

Estudiosos na área frisam a importância da presença dos pais na escola, no fortalecimento dos objetivos escolares que essa presença traz. Quando pais e mestres se encontram, quando firmam, conjuntamente, compromisso com o sucesso, o resultado é animador.

A atual vivência social é complexa e isso reflete, direta ou indiretamente, na sala de aula e na vida escolar. De forma que conhecer a realidade familiar é fator relevante na superação das dificuldades apresentadas pelos alunos.

Recente pesquisa do IBGE comprovou que a violência é a principal causa de morte de jovens no Brasil e esta violência vem se infiltrando cada vez mais nas escolas. Por essa e por tantas outras razões, a escola necessita estar afinada à realidade que a cerca, buscando a colaboração da família.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar  
Líder da Bancada do PMDB

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI nº 0286.7/2015

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente VINILIP, de Navegantes.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente VINILIP, com sede no Município de Navegantes.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente VINILIP, com sede no Município de Navegantes, é uma entidade civil, de fins não econômicos, beneficente e educativo, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, com base na colaboração recíproca de seus associados.

Deputado Ismael dos Santos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI nº 0287.8/2015

Dispõe sobre o prévio credenciamento para a entrada de pessoas nos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino.

Art. 1º No ato de matrícula, para quaisquer das séries de escolas integrantes da rede estadual de ensino, os pais ou responsáveis pelo aluno ficam autorizados a incluir, nos documentos da matrícula, além do próprio nome, o nome de outras quatro (4) pessoas, credenciando-as na escola para poderem tratar de assuntos de interesse dos respectivos alunos.

Art. 2º Durante o período escolar é vedada entrada, nas dependências das escolas da rede estadual de ensino, de pessoas não credenciadas, nos termos desta Lei, ou das que não mantenham vínculo profissional com a escola.

Art. 3º O ingresso das pessoas credenciadas, no âmbito do estabelecimento escolar, deverá ser anotado em documento próprio, que registre o nome da pessoa, o número do respectivo documento de identidade, o horário de entrada e saída do estabelecimento, bem como o objetivo da visita e dos eventuais contatos mantidos com alunos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Ricardo Guidi  
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado objetiva proporcionar a necessária segurança aos alunos da rede estadual de ensino e respectivos pais ou responsáveis, para que, no decorrer do horário escolar, eventuais contatos com os alunos somente serão mantidos por pessoas previamente credenciadas.

Esse cuidado se justifica por uma série de razões, destacando-se aquela relacionada à segurança física dos alunos, pois no término do período escolar, quando os alunos deixam os estabelecimentos escolares, é o momento mais propício para ataques de potenciais sequestradores, traficantes de drogas ou outros delinquentes em busca de oportunidades para executarem seus crimes.

Felizmente, em Santa Catarina, não vivemos os eventos mais graves dessa violência, como é o caso de atentados contra a vida cometidos contra alunos indefesos, mas esses episódios são comuns em alguns países e já ocorreram no Brasil, em 2011, em uma escola do Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo que este Projeto de Lei ainda não dê conta de todo o círculo de segurança em torno dos alunos, ele é o primeiro passo na busca de instrumentos capazes de inibir o assédio aos alunos por pessoas suspeitas, na medida em que restringe, ao máximo, o contato dos alunos, no ambiente escolar, com pessoas estranhas. É certo que essa restrição se atém ao interior do estabelecimento escolar, mas é certo, também, que é no próprio espaço escolar onde acontecem as tentativas de ataques físicos aos alunos.

Portanto, ao exigir o credenciamento e registro da entrada de pessoas nas escolas, bem como o registro do objetivo do respectivo contato com o aluno (art. 2º), a presente proposição legislativa está restringindo ao máximo o acesso de pessoas estranhas ao ambiente escolar no decorrer do período letivo e aumentando a segurança e a integridade da vida das crianças e adolescentes na própria escola.

Assim, ante o constante crescimento dos níveis de violência contra crianças e adolescentes, o Projeto de Lei ora apresentado é justificável como instrumento de defesa dos escolares de Santa Catarina.

Ricardo Guidi  
Deputado Estadual

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 288/2015

##### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 169

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Porto União".

Florianópolis, 15 de julho de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

##### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

##### GABINETE DO SECRETÁRIO

##### EM Nº 49/15

Florianópolis, 09 de junho de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Porto União, o imóvel com área total de 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 4.519 no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 3992 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade regularização a instalação de Unidade Básica de Saúde por parte do Município.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.  
Respeitosamente,  
**João Batista Matos**  
Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 288/2015**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Porto União.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Porto União o imóvel com área de 2.000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 4.519 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 3992 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a instalação de uma unidade básica de saúde.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou  
III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0289.0/2015**

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Acolhedora Rosa de Saron, de Siderópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Acolhedora Rosa de Saron, com sede no Município de Siderópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Acolhedora Rosa de Saron, de Siderópolis.

A entidade tem como objetivo principal o tratamento da dependência química, desenvolvendo atividades de associação e defesa de direitos sociais.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida e, por isso, submeto aos

Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Ismael dos Santos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0290.3/15**

Reconhece o município de São Francisco do Sul como Capital Histórica do Estado de Santa Catarina e Capital Catarinense da História do Mar.

Art. 1º Fica reconhecido o município de São Francisco do Sul como Capital Histórica do Estado de Santa Catarina e Capital Catarinense da História do Mar.

Parágrafo Único: O título a qual refere-se o art. 1º desta Lei é reconhecido a este município por ser o mais antigo do Estado de Santa Catarina e concomitantemente também é reconhecido o título de Capital Catarinense da História do Mar por sua história náutica ao longo dos anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial as da Lei nº 12325/2002.

Sala das Sessões, 15 de Julho de 2015

**Deputado Patrício Destro (PSB)**

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

**JUSTIFICATIVA****História**

São Francisco do Sul é a cidade mais antiga de Santa Catarina. Colonizada por franceses, espanhóis e açorianos, sua primeira ocupação, foi feita temporariamente por espanhóis por volta de 1553. Não existem provas de que teria sido um dos pontos onde em 1504 a expedição de Binot Paulmier de Gonneville teria aportado.

Em 1640, Gabriel de Lara, "Alcaide mór, Capitão mór, Povoador da Vila de Nossa Senhora do Rosário da Capitania de Paranaguá", com portugueses evicentistas, procedentes de Paranaguá, fundou a 3 de dezembro de 1641 a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco.

Em 1658, Manuel Lourenço de Andrade, acompanhado por casais portugueses e paulistas, chegou a São Francisco, com plenos poderes, concedidos pelo Marquês de Cascais, para povoar a terra, repartindo-a entre a sua comitiva e os que fossem chegando. Já em 1660 foi elevada à categoria de vila e tornou-se paróquia, recebendo seu primeiro vigário, o Padre Manuel dos Santos.

A glória da fundação do primeiro estabelecimento catarinense atribuem os historiadores, tanto a Andrade como a Lara, segundo o livro Colonização do Estado de Santa Catarina - Dados históricos e estatísticos (1640-1916) - Secretaria Geral dos Negócios do Estado - 1917. Seria justo atribuir a fundação a Ângelo Francisco, que foi, na verdade, o primeiro povoador da ilha de São Francisco.

Finalmente em 1847 é elevada a categoria de cidade.

**O "descobrimto"**

A teoria de que São Francisco do Sul foi descoberta pelos franceses nunca foi provada. Nem o nome da ilha ou mesmo a exata localização da portagem de Gonneville consta na relação completa da viagem escrita por ele mesmo. Parte desta hipótese se deve a uma interpretação das discussões teóricas do historiador Costa Pereira em seu livro "História de São Francisco do Sul", que afirmou veementemente no mesmo livro, que "jamais se saberia com certeza aonde Gonneville aportou". A história documentada da viagem relata que em 24 de Junho de 1503, partiu do porto de Honfleur, França, a expedição de Binot Paulmier de Gonneville, a bordo do veleiro L'Espoir. Seis meses após sua partida da França, a expedição descobriu uma grande terra, que devido a vento terral contrário, só puderam aportar na tarde do dia seguinte. Segundo o pesquisador Oswaldo Rodrigues Cabral, em sua obra "História de Santa Catarina", a terra era descrita como fertilíssimo, abundante em animais, aves, peixes e árvores, e povoada por índios carijós, que "procuravam apenas passar a vida alegre, sem grande trabalho, vivendo da caça e da pesca, e do produto espontâneo da terra, e de alguns legumes e raízes que plantavam".

Carlos da Costa Pereira, nos diz que essa nação indígena era amistosa, e tinha por essa época como chefe o cacique Arosca. O capitão Binot Paulmier de Gonneville, antes de regressar à França, ergueu uma enorme cruz de madeira, com mais ou menos 35 pés, em uma colina com vista para o mar, em uma bela cerimônia no dia da Páscoa de 1504. A cruz foi carregada pelo capitão e pelos seus principais auxiliares no comando do navio, com a ajuda do chefe Arosca e outros índios importantes da tribo. Após a cerimônia foram distribuídos vários presentes aos índios, que foram avisados por meio de sinais de que deveriam preservar aquela cruz, onde se encontravam gravados os nomes do papa Alexandre VI, do rei Luís XII, do Almirante da França Louis Mallet de Graville, do Capitão Binot Paulmier de Gonneville e de todos os outros tripulantes do navio. Do outro lado da

cruz foram gravadas as seguintes palavras: Hic Sacra Palmarivs Posvit Gonivilla Binotvs; Grex Socivs Pariter, Nevstraque Progenies - que significa: Aqui Binot Paulmier de Gonneville plantou esse objeto sagrado, associando em paridade a tribo com a linhagem normanda.

Gonneville retornando à França em 3 de julho de 1504, levou consigo um dos filhos de Arosca, Essomeric (Essomeric é provavelmente uma corrupção de Iça-Mirim, chefe pequeno), com a promessa de educá-lo no manejo de armas e fazê-lo voltar à sua terra natal após 20 luas. Outro índio, Namoa, morreu em alto-mar, vítima de escorbuto, segundo os relatos de viagem do próprio Gonneville. Alguns relatos dizem que Namoa seria a jovem esposa de Essomeric. Ainda em alto-mar, Essomeric foi batizado de Binot, antes que morresse pagão, como Namoa. Impedido de voltar ao Brasil devido aos prejuízos sofridos na primeira expedição, Gonneville não pode cumprir sua promessa, dando em compensação uma boa educação ao índio, que casou-se em 1521, já com 31 anos, com sua filha Suzanne, legando-lhe parte de seus bens, com a promessa de que os seus descendentes do sexo masculino usariam o nome e as armas de Gonneville. Segundo os relatos de Muraro, Iça Mirim morreu em 1583, aos 95 anos, após ter 14 filhos com Suzanne, o que mostra ter se adaptado bem às condições de vida na França.

#### A Colonização

- **Juan Días de Solís**

Cerca de onze anos após a teórica passagem de Binot Paulmier de Gonneville pela Ilha de São Francisco do Sul, outra expedição chefiada pelo célebre navegador espanhol Juan Días de Solís com a intenção de encontrar uma passagem para as Molucas (Índias Orientais) pelo sul da América, chegou à baía a qual os nativos chamavam de Babitonga, dando o nome de São Francisco ao local. Esse nome permaneceu, sendo depois estendido a povoação, e mais tarde, com a fundação às margens da baía de uma cidade com o mesmo nome

- **Os Espanhóis**

Cabral afirma que alguns anos mais tarde, os remanescentes da infeliz expedição de Juan de Sanabria, enviada por Carlos V, Rei da Espanha, para povoar as distantes terras da região da prata, desembarcaram na localidade que o navegador Juan Dias de Solís havia denominado São Francisco, permanecendo entre os anos de 1553 e 1555. Foi nessa época que nasceu em São Francisco o frei Fernando Trejo y Sanabria, Bispo de Tucumã, ilustre fundador da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina. Em 1555, a pequena povoação foi atacada por índios tupiniquins, obrigando a maioria dos moradores a fugirem para Assunção (Paraguai), inclusive o pequeno Fernando.

- **Manuel Lourenço de Andrade**

No início do século XVII Portugal, já liberta do jugo espanhol, interessa-se pela colonização do sul do Brasil. Conforme as pesquisas de André de Oliveira, em seu livro Nossa Ilha, nessa época, partem para São Francisco bandeirantes vicentinos, que, além de escravos indígenas e do ouro, procuram terras para construir e plantar. Assim, em 1658, Manuel Lourenço de Andrade, natural de Lamego, 8 filho de Manuel Lourenço e sua mulher, Branca de Andrade, chega a São Francisco do Sul, trazendo em sua companhia mulher e filhos, seu genro, Luís Rodrigues Cavalinho, grande número de agregados e escravos, gado, instrumentos agrícolas e ferramentas para a exploração de minas. Como os demais colonizadores, Andrade era cheio de audácia e intrepidez, de uma perfeita integridade moral e possuía as melhores qualidades de caráter. Manuel Lourenço de Andrade fundou definitivamente a povoação, que mais tarde viria a tornar-se vila florescente, e por fim, em cidade progressista.

#### Ouidoria de Paranaguá

Inicialmente, a vila de São Francisco pertencia à ouvidoria de São Paulo, passando em 1723 à jurisdição da ouvidoria de Paranaguá. Após a criação da ouvidoria de Santa Catarina, em 1729, iniciou-se um impasse que persistiu até 1831. Por questão de limites, São Francisco continuava pertencendo à jurisdição da ouvidoria de Paranaguá, embora o governo civil e militar fosse exercido pela ouvidoria de Santa Catarina. Tal impasse foi solucionado somente no ano de 1831, quando o governo imperial, por solicitação do vice-presidente da província, Nunes Pires, determinou a anexação da vila de São Francisco à jurisdição de Santa Catarina.

#### A Correção de 1720

Importante para a evolução da vila foi a vinda, em 1720, em correção, do desembargador Rafael Pires Pardinho, após o desaparecimento do capitão-mor Domingos Francisco Francisques, o "Cabecinha". Pereira afirma que Pardinho organizou os negócios da justiça e administração. Limitou, com o assentimento da câmara, o termo da vila, que ficou dividida ao sul com Laguna e ao norte com Paranaguá. Determinou que o cargo de capitão-mor fosse preenchido através de eleição, o que não vinha acontecendo até então, demarcou as terras do

Rocio (zona rural), autorizou a construção da casa do conselho e da cadeia, levantadas ao lado da igreja matriz. Deixou ainda, a orientação aos juizes, oficiais da câmara e aos "homens bons de governanças", para frequentarem o culto divino, dando exemplo aos demais moradores da vila. A reorganização praticada por Pardinho foi completa e radical, tendo em vista a situação precária em que se encontrava a vila de São Francisco na época de sua chegada. As suas determinações orientaram ainda por muito tempo os oficiais da câmara no desempenho de suas funções, que em situações embaraçosas recorriam aos provimentos da correção de 1720.

- **Cabecinha**

Irrequieto, imperioso e desabusado, Domingos Francisco Francisques, mais conhecido pela alcunha de "Cabecinha", tornou-se o terror da vila de São Francisco do Sul, principalmente depois de ter sido nomeado, além de capitão-mor, que já o era desde 1686, locotenente, sesmeiro e procurador bastante do Marquês de Cascais, como consta no guia de 1935, publicado sob o título de "Guia do Estado de Santa Catarina". Há relatos de que imprimiu certo progresso à vila, mas exercendo o poder de forma totalitária, utilizando-se de violência para alcançar os seus fins. Ainda existe na localidade de Laranjeiras, trincheira construída com pedras soltas, que segundo a tradição, teria sido edificada por pessoas que por ali passavam e eram obrigadas a "colaborarem" na construção, pelo violento e autoritário "Cabecinha".

Por ser acusado de cometer arbitrariedades e uma série de assassinatos e malvadez, o promotor Rafael Pardinho (que dá nome a uma das principais ruas do Centro de São Francisco) condenou Cabecinha à morte por enforcamento em praça pública, sua cabeça salgada e exposta até que o tempo a consumisse. Mas a sentença nunca se concretizou, pois Cabecinha ao saber da sua condenação, embrenhou-se na mata e nunca mais se teve notícias dele.

Uns dos mais célebres crimes, deu-se quando um seu filho faleceu, e queria o Cabecinha que o corpo fosse enterrado em baixo do altar mor da matriz, alegando que seus antecessores, ele próprio e seus irmãos muito haviam concorrido para a conclusão da obra da igreja. Como o Vigário da Vila, o Frei Fernando, da Ordem dos Beneditinos, recusou-se a fazê-lo, Cabecinha mandou seus homens prenderem o vigário, e lançá-lo em uma velha canoa fora da barra, com a maré vazante, provido apenas de uma porção de peixe seco.

Outras histórias

- **Pão de Açúcar**

No centenário de elevação à categoria de cidade, (15 de Abril de 1947), foi erguida uma réplica em concreto, no Morro do Pão de Açúcar. O Morro da Cruz é o nome de uma outra elevação da Ilha de São Francisco, a qual se localiza no complexo das Laranjeiras.

- **O Farol**

O Farol da Ilha da Paz está situado próxima ao canal de acesso ao porto de São Francisco do Sul. A Ilha da Paz, onde se localiza o farol, é a maior do Arquipélago das Graças, medindo 920 metros de extensão no sentido norte-sul e 420 metros de largura no sentido leste oeste. Em 1905, sob a orientação do Capitão-tenente Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, aproveitando-se a grande quantidade de pedra existente no local, foi construído o farol, com uma torre de 16 metros de altura, circundada por três residências para faroleiros. Sua inauguração ocorreu em 1906. Mas muito antes do ministério da marinha ocupar a ilha, já havia uma moradia no local, como comprovam as ruínas do alicerce de uma casa, em cuja frente encontra-se um bloco de pedra com a seguinte inscrição: "1833 - Penixe - Habitação da Paz", de onde se presume que tenha originado o nome. Seu primeiro faroleiro foi o Leovegildo Osorio. A máquina do farol sustenta um hexaedro ótico giratório fabricado em 1894 pela firma F. Barbier & Cie Constructeurs, importado de Paris em 1905. Desde sua instalação até o ano de 1982 todo o equipamento era alimentado com querosene sob pressão, passando depois a ser operado por um grupo motor-gerador, alimentado por energia elétrica. A lâmpada de fabricação japonesa, aumentada pelo aparelho lenticular, tem o alcance de 23 milhas.

- **O Linguado**

A evolução da cidade exigia uma melhoria no meio de ligação entra a Ilha de São Francisco e o continente, uma vez que a ponte rotativa do Canal do Linguado apresentava problemas na estrutura. Após vários estudos, os diretores da "Estrada de Ferro" São Paulo-Rio Grande mandaram aterrar o canal, iniciando-se as obras em abril de 1934. Cerca de 400 homens trabalharam durante os dezoito meses de aterramento do Canal do Linguado (o qual causou um grande impacto ambiental no escoamento da Baía da Babitonga e passagem dos animais marinhos pelo lugar), concluído finalmente em 21 de Outubro de 1935. Juntamente com o aterramento do canal, teve início a construção da rodovia São Francisco-Joinville. Foram empregados 58.895 metros cúbicos de pedras britadas, extraídos do Morro do Linguado através de força muscular de centenas de trabalhadores e



dos 6.005 quilos de dinamites explodidas no decorrer da construção do aterro.

- **O Leprosário**

Localizado na entrada do porto de São Francisco do Sul, no Balneário de Capri, encontram-se as ruínas de um antigo leprosário, que segundo registro de alguns historiadores, foi mandado construir pelo Imperador Dom Pedro II para servir de abrigo à hansenianos deportados do Rio de Janeiro e de outras regiões do litoral catarinense. Depois da desativação do leprosário, o local ficou sem ser visitado por longo período, pois os moradores acreditavam que o bacilo da lepra pudesse contaminar as pessoas que ali chegassem.

**Transportes**

- **O Porto de São Francisco do Sul**

O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas, conforme a Administração do Porto de São Francisco do Sul, autarquia do Governo do Estado de Santa Catarina. Localizado na Ilha de São Francisco do Sul, litoral norte, a 45 km de Joinville, 60 km de Jaraguá do Sul, 160 km de Blumenau e 200 km de Florianópolis, o porto funciona de um terminal privado. Por ele passaram, no ano 2010, 9.618.055 de toneladas de carga com 726 navios.<sup>9</sup>

O canal de acesso do Porto de São Francisco do Sul tem 9,3 km de extensão por 150m e cerca de 13m de calado. Sua bacia de evolução tem cinco áreas de fundeadouros oficiais somados à área de manobra para atracação, com profundidade variável entre 10 e 19 metros.

Atualmente conta com cinco berços, recebendo em média 45 navios por mês. Somente o berço 101 (extensão de 220 metros) possui condições de calado (13 metros) compatível com o calado do canal de acesso, também, de 13 metros. Os calados dos demais - 102, com 210 metros; 103, com 110m; 201, com 150 metros e 301 (empresa privada) - com 225 metros - variam de 11 a 7 metros.

Possui quatro armazéns internos com capacidade para 76,5 mil metros cúbicos, além dos armazéns de retaguarda de granel sólido da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola, com capacidade para 120 mil toneladas e tanque para óleo vegetal, com capacidade nominal de nove mil metros cúbicos. Os contêineres são armazenados num pátio de 50 mil metros quadrados, com área de quatro mil metros quadrados reservados à contêineres frigoríficos, equipados com 360 tomadas de energia elétrica.

A necessidade de manter a competitividade levou a administração a promover investimentos da ordem de aproximadamente US\$ 50 milhões, entre ampliações (com a construção novos berços de atracação), arrendamento e terceirização de serviços. As obras de ampliação e modernização do porto e vias de acesso estão quase concluídas. A administração portuária projeta um crescimento de 15% para o ano de 2006, e um incremento significativo da movimentação a partir de 2007, quando todas as obras estarão concluídas.

- **Economia**

A economia de São Francisco do Sul gira praticamente em torno do porto, com pouco espaço para o turismo e indústrias como a ArcelorMittal e também a Petrobras. O PIB de São Francisco do Sul é o 8º maior de Santa Catarina, sendo o 1º maior PIB per capita do estado.

**Cultura**

- **Museus**

- **Museu Nacional do Mar**

O Brasil tem um imenso litoral com quase 8.000 km. Some-se a isso as grandes bacias hidrográficas formadas por rios, lagoas e lagos. Por força da utilização pelo homem desses recursos naturais como meio de sobrevivência, existem mais de 250 estilos de embarcações, mais de 100 tipos de canoas, dezenas de espécies de jangadas. O que faz Brasil o mais rico do mundo em tipos de embarcações. O Museu Nacional do Mar foi criado justamente para preservar um número significativo de embarcações, instrumentos navais e apetrechos de bordo, valorizando a arte e o conhecimento dos homens que vivem das águas. Situado na Ilha de São Francisco do Sul, berço da mais antiga povoação de Santa Catarina, o Museu do Mar ocupa amplos e centenários galpões com mais de 7.000 m². A arquitetura eclética tem influência [Alemanhalalemã], com impressionante estrutura de madeira, e está implantada à beira da Baía da Babilonga. Pelo acervo atual, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e pelo seu potencial, o Museu do Mar já é o mais importante da América Latina e será o de maior variedade do mundo. Orgulho de Santa Catarina e do Brasil, um lugar para visitantes de todas as idades.

- **"Palácio da Praia do Motta"**

O Museu Histórico de São Francisco do Sul, localizado a Rua Cel. Carvalho, é uma das mais antigas edificações da Ilha de São Francisco. Construído no final do século XVIII, foi utilizado, segundo o

costume da época, como Câmara dos Vereadores e Cadeia Pública, sendo que, serviu de prisão à líderes revolucionários por ocasião da Guerra do Contestado, era conhecido na época como "Palácio da Praia do Motta". O Museu Histórico Municipal, abriga em suas salas e celas, vários objetos doados pela comunidade francisquense, tais como: documentos, plantas, jornais e utensílios, comuns ao dia a dia dos antepassados do povo francisquense. A história da comunidade francisquense, é belamente ilustrada, nas varias fotografias inseridas nas paredes das celas, sendo que no pátio exterior, encontram-se expostos moinhos de cana e mandioca, bem como, uma máquina utilizada na fabricação de telhas, e um carro fúnebre do início do século, além disso, existe também uma, cela solitária, que era utilizada na detenção de doentes mentais e perigosos criminosos.

- **Forte Marechal Luz**

Situado no litoral norte, o Forte Marechal Luz dista apenas 17 km do centro histórico da Ilha de São Francisco, e constitui-se num dos pontos de mais rara e expressiva beleza do litoral norte catarinense. A fundação do forte ocorreu durante o ano de 1909, sobre as ruínas do antigo forte, visando a fortificação militar daquela região, sob a direção do tenente "Alberto Eduardo Becker". Em novembro de 1915, ocorreu a implantação da 5ª Bateria Independente de Artilharia de Costa, tendo como seu primeiro comandante o então na época tenente Vitor Francisco Lapagesse. Excursionando forte à dentro, os turistas trilharão por uma estrada de barro, que dá acesso ao Morro João Dias, onde em seu topo, encontra-se uma bateria de artilharia de costa, composta de quatro canhões Armstrong, dois 120mm QF(Quick Fire) e dois 152mm BL (Breach Loading) e datados 1893 na cunha, em reparo naval, originados do Cruzador Benjamin Constant (notas do Maj. Alvaro C Pereira), que possibilitariam a defesa de costa em caso de situações belicosas, dado o caráter de instabilidade política mundial daquela época. A bateria anteriormente mencionada, é palco, todos os sábados pela manhã no horário das 08:00 horas, da troca da bandeira, efetuada pela guarnição de serviço, com trajes de época, que efetuam uma salva de disparos de canhão. Ressalte-se que o nome do forte é uma homenagem ao marechal Francisco Carlos da Luz.

- **Mercado Público Municipal**

O prédio do Mercado Municipal, após quatro anos de construção, foi inaugurado em 20 de janeiro de 1900, na administração do Luís Gualberto. O atendimento ao público era realizado através de uma bateria de boxe na área central e outra na parte externa da edificação, servindo como centro comercial de São Francisco do Sul por várias décadas. As acomodações para comercialização de pescados foram concluídas em 1928, anexas ao prédio principal. Os produtos agrícolas oriundos do Distrito do Saí e a produção pesqueira artesanal da Baía da Babilonga, foram sempre preferidos pela população francisquense. O conjunto arquitetônico do mercado municipal foi restaurado em 1976, na administração do José Schmidt, ficando o atendimento restrito a sua parte interior, diversificado em produtos e serviços, com predominância para o artesanato e lembranças locais.

**Igreja Matriz**

- **A Construção**

Quando em 1642, Antônio Fernandes iniciou a povoação da vila, já existia por aqui uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, ignorando-se a época e o local de sua construção. Cabral afirma que mais tarde, com o povoamento iniciado por Manuel Lourenço de Andrade em 1658, foi construída uma nova igreja sob a invocação da mesma santa. Em 1768, em função da prosperidade alcançada pela vila, resolveram, o Conselho, juntamente com os principais da vila e com o povo, edificar um novo templo na localidade; a fiscalização da obra foi dada ao vigário da época "Padre Manuel de Nazaré" e contratado para construir e pedreiro "Caetano Gomes da Costa" que foi ajudado pelos milicianos, pelos escravos e também pelo povo. A argamassa utilizada na construção era composta de cal de concha, areia e óleo de baleia. O construtor havia orçado a obra da igreja em 500 mil réis. Foi processado e multado pelo conselho por ter ultrapassado o orçamento, sem ter iniciado o reboco interno e a pintura. Tais melhoramentos somente tiveram andamento 20 anos após, contando com o apoio financeiro de toda a população. A encomenda da pia basti-mal e mais duas pias para água benta foram contratadas em 1802, pela câmara, ao mestre pedreiro "José da Encarnação". Complementando as obras de implantação da matriz, foi trazido do Rio de Janeiro, em 1823 o órgão que até hoje é utilizado nos atos religiosos, afirma a professora Andréa de Oliveira.

- **O Relógio**

Em 1906, foi organizada uma festa em homenagem ao Afonso Pena, eleito naquele ano presidente da nação. Sobrando alguns mil réis das despesas da festa, que somados a outros angariados em campanha pública, serviram para a compra de um relógio, cuja data de fabricação é 1907. A instalação do relógio na torre se deu em 1908, sendo contratado o Antônio de Castro Pinho,

auxiliado pelo pedreiro Antônio Alves de Sousa, o "Antônio Peteco". Originalmente, o relógio teria um só mostrador, mas graças as habilidades do Antônio de Castro Pinho, foram adaptados mais 2 mostradores laterais.

- **A Segunda Torre**

Originalmente construída em estilo veneziano e com uma só torre, a igreja matriz "Nossa Senhora da Graça" sofreu diversas modificações que a descaracterizaram, ignorando-se a que estilo ficou pertencendo. A última delas foi a edificação de uma torre mandada executar pelo Vigário da Paróquia, Frei Sebaldo, com mão-de-obra contratada ao Kurt Kamradt. As despesas com a construção da torre, foram cobertas com donativos deixados em testamento por José Basílio Corrêa.

- **Casarões Históricos**

Prédios quase tão antigos quanto à cidade encontram-se distribuídos pelas ruas de São Francisco do Sul, criando um ar melancólico, trazendo saudades de um tempo que já passou e não volta, deslumbrando turistas que deixam transparecer a emoção em seus rostos ao desfrutarem da beleza visual da Ilha de São Francisco. Essas inúmeras casas e sobrados, eram construídos com os materiais mais abundantes daquela época: pedras, areia, argamassa de conchas e óleo de baleia. Engenhosos frutos da soberba arquitetura colonial açoriana, que por muitas gerações tem sido o lar de tradicionais famílias franciscenses, tombados como patrimônios históricos, são um pequeno pedaço da história da colonização do sul do Brasil.

- **Casarão da Família Rhinow**

Casa construída aproximadamente na década de 1850 por colonizadores alemães e servindo na época como chácara. Nos idos de 1920 pertenceu à Igreja Luterana, onde funcionou uma escola de língua alemã e jardim de infância. Mede aproximadamente 396 metros quadrados, possui 12 quartos e segue o estilo arquitetônico germânico. As palmeiras plantadas defronte ao casarão, remontam à época da construção. A edificação pertence há mais de 50 anos à família Rhinow. Foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em Outubro de 1986 e não se encontra aberta à visitação pública.

- **Casarão dos Görressen**

Faber Marcos Jonhson Görressen, nascido em 23 de Junho de 1826 na cidade norueguesa de Trondheim, com mais 73 amigos viajavam para a Califórnia, na América do Norte, quando o navio sofreu avarias e arribou no Porto do Rio de Janeiro. Impedidos de prosseguir a viagem foram convidados pela Companhia Hamburguesa, que estava recrutando interessados para a implantação da Colônia Dona Francisca e aceitando o desafio, desembarcaram na dita paragem juntamente com os colonos vindas da Alemanha, em 9 de Março de 1851. Tendo passado pela cidade de São Francisco e constatado o seu desenvolvimento, aqui se estabeleceu com casa comercial na Rua Babitonga, esquina com Julia Korbes Perera, até a transferência final para o casarão, mandado construir conforme seu gosto e desejo, onde em 1873 instalou na parte inferior a casa comercial e na superior a sua suntuosa residência. Tendo casado com Carolina Schneider, uma alemã da Colônia Dona Francisca, teve diversos filhos, sendo os mais conhecidos: Marcos Görressen (influente industrial e político franciscense), Olímpio Görressen, Carolina Görressen, que casou com Joaquim Portela, Emília Görressen, que desposou Pedro Celestino de Araújo e Laura Görressen, que contraiu núpcias com Antônio Oliveira Filho. Faber Marcos Jonhson Görressen, veio a falecer em 23 de Maio de 1878, contemplando da janela de seu quarto, no ainda recém-construído casarão, toda a beleza da contagiante Baía da Babitonga.

#### **Lendas**

A seguir algumas das lendas que compõem o folclore do município de São Francisco do Sul:

- **A Lenda da Carroça sem Cavalo**

Nas noites de inverno, quando o frio nevoeiro que vinha do mar descia sobre a cidade, as pessoas que moravam em uma certa rua de São Francisco, denominada hoje Rua Dez, eram acordadas nas altas horas da madrugada, com o barulho de uma inconveniente carroça.

Essa carroça se locomovia de forma tão lenta, que os moradores, já irritados, levantavam-se de suas camas para verificar o que estava acontecendo. Quando abriam as janelas de suas casas para espiar quem era o responsável por tamanho incômodo, tinham um tremendo susto. A carroça não tinha cavalo! Dentro da carroça, painéis velhas, baldes amassados, chaleiras e bules, alguns pendurados no lado de fora da carroça, eram os responsáveis pelo tremendo barulho. As pessoas escondiam-se em suas casas, assombradas com tamanha manifestação do outro mundo, esperando que a carroça e o barulho desaparecesse lá longe.

- **A Lenda da Escrava Maria**

Nos anos em que a escravidão era a responsável pela movimentação da economia franciscense, uma escrava chamada Maria, sem entender a razão pela qual foi tirada de sua gente, e trazida

a um mundo estranho onde era espancada no pelourinho, o ódio crescia em seu coração.

Maria teve um filho com um escravo da mesma fazenda, mas não queria que seu pobre filhinho tivesse o mesmo destino que ela. Ela estava decidida a fugir. Um dia, antes do sol nascer, Maria juntou as poucas coisas que tinha naquela fazenda infeliz, e com seu filho nos braços, partiu rumo a liberdade. Mas seu senhor não estava disposto a deixá-la ir em paz.

Maria estava desesperada. Para onde fugir? Avistou, ao longe, o Morro da Cruz, e partiu em sua direção. Ao pé da montanha, Maria decidiu que não daria chance ao senhor da fazenda de fazê-la sofrer outra vez ou seu filho. Subiu a montanha, e lá de cima viu toda a Ilha. Uma bela visão. Abraçou seu filho com força, olhou uma vez mais ao seu redor e atirou-se no espaço vazio. Durante alguns segundos, parece que a paz reinou em sua vida, mas isso terminou no momento em que seu corpo tocou as pedras. O sofrimento acabou.

O Criador, com pena da pobre escrava, transformou-a numa linda orquídea, que floresce todas as manhãs, quando um lindo beija-flor de asas douradas, seu filho, vem beijá-la com carinho.

- **A Lenda da Ilha do Caçõ**

Há muitos anos atrás, viviam dois irmãos muito unidos, que pescavam e trabalhavam na lavoura juntos. Um desses irmãos estava noivo e prestes a casar. Em uma ilha, que hoje é chamada Ilha do Caçõ, resolveram os dois irmãos iniciar uma nova lavoura de feijão. E obtiveram grande êxito, levando-os a dobrar a área de plantio. Numa de suas inspeções pela lavoura, encontraram uma parte destruída. Sem entender o que havia ocorrido, os dois irmãos replantaram a área e voltaram no dia seguinte. A plantação havia sido destruída novamente. Decididos a descobrir quem estava atrapalhando seu trabalho, replantaram o feijão e, escondidos, ficaram de tocaia.

A noite, uma grande lua iluminou toda a baía. O silêncio era total. De repente, ouviu-se um forte barulho vindo do mar, as águas tornaram-se revoltas. Os irmãos estavam tremendo de medo, quando viram sair do meio das águas duas enormes serpentes, que rastejaram em direção a plantação, destruindo tudo no seu caminho. Quando a luz da lua cheia bateu sobre as serpentes, uma transformação ocorreu. As serpentes foram transformadas em duas belas moças, que assustadas ao perceber a presença dos irmãos, tentaram fugir em direção ao mar. Uma delas fugiu, mas a outra foi presa por um dos jovens, que ao tocar a moça, ouviu essas palavras: "Você quebrou meu feitiço e agora me pertence!" O rapaz ficou apavorado, pois estava de casamento marcado. Mas a moça encantou o rapaz, que voltou ao continente, desfez seu noivado, e voltou para os braços de sua misteriosa amada, com quem deu início a uma família cujos descendentes foram muito influentes na sociedade franciscense.

#### **A Lenda da Ilha Redonda**

Em São Francisco do Sul há uma ilha, chamada pelos pescadores de Ilha Redonda devido ao seu formato. Conta-se que era muito piscosa, atraindo pescadores de vários locais.

Entretanto, poucos tinham a coragem de permanecer na ilha à noite, pois dominados pelo medo e o mistério que rondava a ilha ao anoitecer, lançavam suas embarcações ao mar e fugiam apavorados. Os que lá permaneciam, contavam que em noites de lua cheia, exatamente a meia-noite, quando o silêncio era quase fantasmagórico, ouvia-se a distância um solitário lenhador a abater árvores com seu machado. Meia hora depois, o "Lenhador", como passou a ser conhecido, recolhia seu machado e o silêncio tomava conta da Ilha Redonda novamente.

No dia seguinte, pela fúria com que o "Lenhador" havia trabalhado na noite anterior, todos esperavam encontrar uma grande área desmatada, mas espantavam-se, pois não havia sequer uma árvore lançada ao solo por toda a ilha. Muitos, que não acreditavam nas histórias contadas por aqueles que ouviram o furor do machado do "Lenhador", iam passar uma noite na ilha e voltavam contando que realmente, em noites de lua cheia, ouvia-se nitidamente o som do machado afiado contra as árvores.

- **A Lenda da Roseira**

Em uma fazenda, na Ilha de São Francisco do Sul, havia uma menina muito simpática e inocente, que morava com seus tios, pois ainda jovem, seus pais haviam falecido. Eles a tratavam mal, pois a consideravam um empecilho. No caminho que levava até a fazenda havia uma roseira, que teimosamente engatava no vestido da menina, rasgando um pedaço, toda vez que ela se dirigia para a escola ou retornava para sua casa. Como aquela situação continuava a persistir, a menina, já aborrecida, resolveu queixar-se aos seus tios. Estes não deram muita importância ao fato, e mandaram-na passar longe da roseira e assim evitar o problema.

Assim a menina fez no dia seguinte. Quando estava passando a uma certa distância da roseira, qual a surpresa da menina, quando um galho atravessou seu caminho e rasgou novamente um

pedaço de seu vestido. Assustada, a menina voltou apressada para a fazenda chorando, e contou o sucedido aos seus tios, que prometeram resolver o caso no dia seguinte. No outro dia, foram até o local em que se encontrava a roseira, e com um machado, cortaram a planta até a raiz. Embaixo da raiz, encontraram surpresos, um grande recipiente repleto de moedas de ouro. Com as moedas, tornaram-se grandes proprietários de terras na região, mas enviaram a menina embora sem nenhuma das moedas encontradas graças a ela.

Deputado Patrício Destro (PSB)

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0291.4/2015

Institui a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica, no âmbito do Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica instituído a Semana Estadual da Pedalada Ecológica, a ser comemorado na terceira semana do mês de Setembro de cada ano.

Parágrafo Único: Para fins de data referencial de comemoração, fica instituído o dia 22 de setembro com Dia Estadual da Pedalada Ecológica no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de Julho de 2015

Deputado Patrício Destro (PSB)

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

Primeiramente, registro o crédito a esta propositura aos Deputados Jovens Caique Orloski, Gabriel Gajdeczka dos Santos, Guilherme Castro, Michele Adriana Tomki, Nayara Lourenço de Souza. Parlamentares Jovens da Escola de Educação Básica Germano Wagenführ do Município de Porto União em atividade nesta casa e que nos apresentaram essa propositura, o qual apresentamos com orgulho por ver a juventude com iniciativa e interesse em transformar a sociedade e construir uma Santa Catarina como todos queremos e com o carinho que nosso estado merece em ser administrado.

No dia 22 de setembro, em cidades do mundo todo, são realizadas atividades em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades, no que passou a ser conhecido como Dia Mundial sem carro. Instituir a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica será uma forma de chamar a atenção para o aumento da poluição que os veículos motorizados provocam no meio ambiente, também demonstrar que podemos gastar menos tempo no trânsito, evitando congestionamentos nas cidades.

Assim, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto e assim, além de valorizarmos o município de Porto União que se reconstrói com essas iniciativas, além de valorizarmos a atuação do Parlamento Jovem e ao trazerem essa proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0292.5/2015

Reconhece o município de Garuva como "Cidade Paraíso das Águas", no âmbito do Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica reconhecido o município de Garuva como "Cidade Paraíso das Águas", no âmbito do estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único: O título a qual refere-se o art. 1º desta Lei é reconhecido a este município devido aos rios que cortam a cidade sendo o principal o Rio São João situado ao centro o município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de Julho de 2015

Deputado Patrício Destro (PSB)

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

Primeiramente, registro o crédito a esta propositura aos Deputados Jovens Giliane Lisboa dos Santos, Klaus Eduardo Lennertz, Leticia Licetti Alves, Lidiane Cistina Coelho e Yasmin Cristina da Silva. Parlamentares Jovens da Escola de Educação Básica Carmem Seara Leite do Município de Garuva em atividade nesta casa e que nos apresentaram essa propositura, o qual apresentamos com orgulho por ver a juventude com iniciativa e interesse em transformar a sociedade e construir uma Santa Catarina como todos queremos e com o carinho que nosso estado merece em ser administrado.

Garuva é conhecida como o "Paraíso das Águas" devido aos rios que cortam a cidade. Dentre esses rios, o principal é o Rio São João, que com suas águas límpidas e cristalinas corta o centro da cidade. É nele que podemos encontrar o "Recanto da Judite", um lugar muito visitado pelos banhistas da cidade e turistas que vem principalmente do Paraná, onde está localizado a nascente do rio. Mas, não somente utilizamos essas águas para o banho, mas é através dele que

praticamos esportes radicais como "bóia-cross", além da pesca à piava.

Próximo a divisa com o estado do Paraná encontramos a Ponte Pênsil, na localidade de Garuva-Acima, que se trata de uma área agrícola e essas pontes dão passagem as pessoas residentes as margens do rio. Além de ser um grande exemplo, pois a construção de pontes pênseis não agride o meio ambiente, este também recebe muitos visitantes.

Em sua história, o Rio São João foi referência para os pioneiros que fundaram em suas margens a primeira vila de Garuva. Foi as margens deste rio, que o Freio Justino Girardi celebrou a primeira missa.

Assim, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto e assim, além de valorizarmos o município de Garuva, valorizamos a atuação do Parlamento Jovem e seus filhos ao trazerem essa proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0293.6/2015

Altera a Lei nº 12.138, de 5 de abril de 2002, para garantir à pessoa com diabetes atendimento prioritário, que assegure tratamento diferenciado e atendimento imediato.

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 12.138, de 05 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...).

§ 1º Os hospitais públicos e particulares, as clínicas e os postos de saúde credenciados à rede estadual e municipal de saúde, estão obrigados a dispensar atendimento prioritário, que assegure tratamento diferenciado e atendimento imediato para a realização de exames, laboratoriais ou não, que venham a ser feitos em caráter de jejum total e parcial, às pessoas com diabetes que comprovarem, mediante laudo médico, o diagnóstico.

§ 2º Ficam os estabelecimentos obrigados a afixar em local visível o texto de que trata o § 1º e zelar pela sua aplicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Cesar Valduga**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

Um dos exames periódicos para controle do diabetes é glicemia de jejum. Segundo orientação médica, esse exame será solicitado pelo menos de 3/3 ou 4/4 ou até de 6/6 meses por ocasião das consultas e de como se apresentar o quadro da doença.

O exame consiste na coleta de uma amostra de sangue após jejum de 8 horas. Contudo, conforme diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes, o diabético não deve fazer jejum maior que 8 horas, pois fica propenso aos sintomas decorrentes da falta de açúcar no sistema nervoso, quais sejam: fome, tontura, fraqueza, dor de cabeça, confusão, alteração de comportamento, convulsão e coma. Percebe-se um agravamento gradativo desses sintomas, conforme a falta de glicose.

Por isso, é essencial que o paciente com diabetes tenha atendimento prioritário, que assegure tratamento diferenciado e atendimento imediato para a realização de exames, laboratoriais ou não, minimizando os riscos advindos do jejum prolongado.

Recentemente, nos reunimos com membros da Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Chapecó, conceituada entidade no Estado de Santa Catarina, para apresentação do Projeto de Lei em estudo. Entre os participantes presentes, estavam a Senhora Lenir Matte, Coordenadora de Serviços e o Senhor Odalir Schneider, Presidente em exercício da instituição e depois de explicações de forma sistemática, a proposta foi merecedora de elogios, consequentemente aprovada por unanimidade. Inclusive propuseram realizar amplas ações de divulgação do objeto proposto no projeto.

Penso que o que não nos falta é coragem e trabalho, enquanto representantes do povo, para melhorar as condições de vida das pessoas com diabetes, razão pela qual contamos com o apoio de nossos pares para, afinal, ser aprovado o Projeto de Lei posto em análise.

**Deputado Cesar Valduga**

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0294.7/2015

Garante às pessoas com diabetes o direito de monitorar a glicemia e aplicar insulina em locais públicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica garantido, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o direito a todas as pessoas com diabetes de monitorar a

glicemia e aplicar insulina em quaisquer lugares públicos, em especial nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo.

Art. 2º A sociedade civil organizada que atua em defesa e dedicar-se a promover orientação motivacional, saúde e bem estar para pessoas com diabetes, poderão desenvolver atividades que tenham como objetivo o respeito, a valorização e a educação do ato de monitoração da glicemia e aplicação de insulina, e da mesma forma fazer divulgação dos propósitos previstos no art. 1º.

Art. 3º O não cumprimento da garantia instituída na *caput* do art. 1º, sujeitará os responsáveis pelos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, aumentada a cada reincidência, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 4º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurado o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Cesar Valduga**

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

No início de 2014, em sua coluna de conselhos publicada no site [www.missmanners.com](http://www.missmanners.com), a Senhora Judith Martin sugeriu que as pessoas com diabetes deveriam esperar até encontrar um lugar discreto para testar seu açúcar no sangue em vez de realizarem teste em público. Esse conselho causou polêmica entre a comunidade de diabéticos.

Em comentários nessa coluna, a jovem Laura Kronen, diabética, assume posição oposta, em que divulga uma foto de si mesma injetando insulina em público. Tomamos a liberdade de transcrevê-lo fazendo de seus comentários a nossa justificativa, contrária àquela Senhora americana, que não mede ??esforços para expandir a compreensão e o exercício da etiqueta.

Diz a nossa protagonista:

"Provavelmente, se você tem diabetes e não está sofrendo de um caso grave de agorafobia (temor ou medo angustiante que certas pessoas experimentam quando atravessam uma praça, uma rua, ou se veem no meio da multidão), você provavelmente já teve de administrar insulina ou verificar o seu açúcar no sangue em um lugar público. Vou até mesmo mais longe para apostar que todas as pessoas com diabetes que leem este artigo já fizeram uma demonstração pública de diabetes, pelo menos uma vez na vida, se não várias vezes por dia.

Recentemente, uma foto minha autoaplicando uma dose de insulina durante a noite teve grande repercussão na mídia social. Quase 2000 pessoas comentaram, gostaram, ou compartilharam esta fotografia, com o consenso geral sendo de aplausos para uma mulher cuidando bem de si mesma e não deixando o diabetes atrapalhar sua vida. Muitos pais de crianças com diabetes disseram que mostraram essa imagem para seus filhos como incentivo e inspiração. Para mim, essa foto diz: quem se importa se o mundo assiste? Eu sou diabética e convivo muito bem com ela! Eu estou fazendo o que é preciso para me manter viva, não importa quem esteja assistindo!

Afinal de contas, ninguém tem vergonha de espirrar (expiração reflexa, súbita e violenta, provocada pela irritação da mucosa nasal) em público. E comer é perfeitamente aceitável também, não é? Engolir comprimidos ou usar um inalador também não é problema. Então, por que um grupo de pessoas, com e sem diabetes, teria problema em assistir esse procedimento de autoaplicação de insulina?

Alguns críticos desse procedimento foram tão longe a ponto de dizerem que as pessoas com diabetes devem ir ao seu carro para administrar insulina ou fazer um teste de glicose. Agora, eu não sei quanto a vocês, mas quando estou em um restaurante ou bar, eu, muitas vezes, preciso me injetar, dependendo do que eu realmente tenha comido. Eu não vou correndo ao banheiro duas a três vezes para verificar o açúcar no sangue ou para me injetar. Ser discreto é uma cortesia comum, assim como mastigar com a boca fechada. Nós todos podemos concordar que não há necessidade de fazer uma cena agitando uma seringa ou o dedo sangrando, mas eu acredito que se esconder em um banheiro público ou no banco do seu carro é o envio de uma mensagem que você está envergonhado ou acredita que algo está errado com o que você está fazendo.

Em vez disso, sugiro que as pessoas que se sintam desconfortáveis com o olhar dos outros ao seu redor devem

simplesmente desviar o olhar. Posso assegurar-lhes que eles não vão ter sérias complicações de saúde por ver alguém cuidar de seus diabetes. Cuidar do diabetes não é uma festa. É um trabalho diuturno que não pode ser prejudicado por preconceitos sociais.

Como as pessoas com diabetes, é preciso conscientizar aqueles que não estão informados sobre a doença. Ainda mais importante, precisamos ser modelos e incentivar outras pessoas que sofrem com esta doença para cuidar de sua saúde, não importa onde eles estejam. Não há nada de errado com você, exceto que seu pâncreas decidiu tirar umas férias permanentes. Faça o que você precisa para sobreviver e viver sua vida em voz alta."

Destacamos, ainda, que recentemente, nos reunimos com membros da Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Chapecó, conceituada entidade no Estado de Santa Catarina, para apresentação do Projeto de Lei em estudo. Entre os participantes presentes, estavam a Senhora Lenir Matte, Coordenadora de Serviços e o Senhor Odalir Schneider, Presidente em exercício da instituição e depois de explicações de forma sistemática, a proposta foi merecedora de elogios, consequentemente aprovada por unanimidade.

Razão pela qual, penso que o que não nos falta é coragem e trabalho, enquanto representantes do povo, para melhorar as condições de vida das pessoas com diabetes, razão pela qual contamos com o apoio de nossos pares para, afinal, ser aprovado o Projeto de Lei posto em análise.

**Deputado Cesar Valduga**

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0295.8/2015

Regulamenta os jogos de ação e seus equipamentos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

#### CAPÍTULO I

##### DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Para os efeitos desta Lei consideram-se as seguintes definições:

I - Jogo de "Paintball" ou "Airsoft": É o desporto individual ou coletivo, praticado ao ar livre ou em ambientes fechados, de forma coordenada, em que se utilizam marcadores, com finalidade exclusivamente esportiva.

II - Marcadores: São todos os dispositivos assemelhados ou não a armas de fogo, destinados unicamente à prática esportiva, cujo princípio de funcionamento implica no emprego exclusivo de gases comprimidos e/ou molas para impulsão do projétil, os quais podem estar previamente armazenados em um reservatório ou ser produzidos por ação de um mecanismo, tal como um êmbolo solidário a uma mola; dividindo-se em duas categorias:

a) Marcadores de "Airsoft": São Marcadores, destinados exclusivamente à prática esportiva, propelidos por ação de gás comprimido e/ou molas, que lancem esferas, sem aptidão de causar morte ou lesão grave à pessoa.

b) Marcadores de "Paintball": São Marcadores, destinados exclusivamente à prática esportiva, propelidos por ação de gás comprimido e/ou molas, que lancem cápsulas biodegradáveis compostas externamente por uma camada gelatinosa elástica que encerra em seu interior um líquido colorido atóxico, também, biodegradável, sem aptidão de causar morte ou lesão grave à pessoa.

#### CAPÍTULO II

##### DA IDENTIFICAÇÃO E DOS LIMITES DE POTÊNCIA

Art. 2º Todos os marcadores de "Airsoft" e "Paintball", deverão apresentar uma marcação na extremidade do cano na cor laranja fluorescente ou vermelho "vivo" a fim de distingui-las das armas de fogo.

Parágrafo único. Os marcadores de "paintball" que puderem ser facilmente distinguidos de armas de fogo ficam isentos da marcação prevista no *caput* deste artigo.

#### CAPÍTULO III

##### DA UTILIZAÇÃO DOS MARCADORES

Art. 3º Os marcadores poderão ser usados no do Estado de Santa Catarina para a prática de jogos de ação, sendo obrigatório o uso de, no mínimo, máscara ou óculos de proteção.

Art. 4º Não será permitido o uso dos marcadores por pessoas menores de 18 anos, menores de idade, desde que sejam Atletas Federados e tenham autorização por escrito por seus pais ou responsável legal.

Art. 5º Só poderão ser utilizados marcadores que tenham sido adquiridos legalmente.

Art. 6º O aluguel de marcadores por pessoas jurídicas devidamente estabelecidas é permitido em no território do Estado de Santa Catarina, seja para a prática de tiro ao alvo, seja para a prática de jogos de ação, deverão ser observados os arts. 3º, 4º e 5º desta Lei;

#### CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE

Art. 7º Os marcadores não poderão ser conduzidos ostensivamente durante seu transporte, devendo estar devidamente acondicionados em um recipiente próprio de cada marcador.

§ 1º O marcador deverá estar acondicionado dentro de uma bolsa ou caixa fechada e deverá estar desmuniado e seu mecanismo de disparo não poderá estar armado: a mola não poderá estar comprimida, qualquer mecanismo de acionamento da mola deve estar desacoplado bem como o sistema de gás comprimido, conforme o tipo do marcador.

§ 2º Durante o transporte a bolsa ou caixa no qual o produto está acondicionado deverá ser transportado de forma que não esteja ao alcance direto das mãos da pessoa que o esteja transportando.

§ 3º O marcador deverá estar sempre acompanhado do documento fiscal que comprova a origem legal do produto. Serão aceitos os seguintes documentos:

I - Nota fiscal, para os produtos que tenham sido adquiridos no Brasil, emitida por empresa registrada no Exército e autorizada para a venda de marcadores.

II - Documento comprobatório do desembaraço alfandegário (CII e DI ou DSI desembaraçada).

III - Registro de Marcador emitidos pela Federação Estadual de Paintball ou Federação Estadual de Airsoft ao qual o esteja filiado o atleta, descrevendo o marcador por seu modelo, marca do fabricante, número de série do marcador e a identificação do atleta autorizado a transportá-lo.

§ 4º Em caso de perda, furto ou roubo, do marcador durante o transporte, o proprietário deverá efetuar um registro de boletim de ocorrência em uma delegacia.

Art. 8º A remessa de marcadores por qualquer operador logístico, inclusive a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, seja entre lojas e consumidores, seja entre pessoas físicas, deverá atender os preceitos desta Lei, a saber:

a) O produto deverá ser embalado de forma a não evidenciar o conteúdo do pacote.

b) O documento de comprovação de origem lícita descrito no art. 7º, § 3º deverá acompanhar a encomenda. Caso o documento se extravie durante o transporte a mercadoria será retida e só será liberada após apresentação do documento comprobatório da origem legal do produto.

#### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O desportista que não cumprir os requisitos desta Lei e de legislação federal vigente, deverá sofrer as sanções legais cabíveis e impostas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 10. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor após 90 dias de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de Maio de 2015

**Deputado Patrício Destro (PSB)**

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que Regulamenta os jogos de ação e seus equipamentos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Conforme razões apresentadas abaixo justificamos nossa proposição quanto a legalidade e mérito e assim contamos com a sensibilidade e apoio nos nobres pares ao contar com seu voto pela aprovação do mesmo, pois nesta proposição, objetivamos regulamentar a matéria em tramite no congresso nacional (PL nº 4546/2012 Deputado Alexandre Leite - DEM) e já regulamentado em Pernambuco (LEI Nº 15.444/2014 Projeto de Lei Deputado Sílvio Costa Filho - PTB).  
**I-Quanto a legalidade da proposição**

Ao iniciar esta justificativa, preliminarmente convém entrar no debate e ressaltar que a **função de legislar** é atribuída, de **forma típica**, ao **Poder Legislativo**, o que pressupõe que a este **Poder** deva ser dada a possibilidade de deflagrar o processo legislativo, ressalta-se e é importante ressaltar, **exceto(!)** quando haja **expressa** previsão em **sentido contrário** na própria **Constituição**.

Dito isto, resta claro de que as hipóteses constitucionais de **iniciativa privativa** formam um rol **taxativo**. E, mais ainda, configuram a **exceção**, devendo, portanto, ser **interpretadas** de forma **restritiva**.

É válida a clássica lição da hermenêutica, segundo a qual as exceções **devem** ser **interpretadas** de **forma restritiva** e que, portanto os casos de **iniciativa privativa** devem ser elencados em **rol taxativo** nas Cartas Federal e Estadual.

Neste sentido e ainda corroborando este entendimento o Supremo Tribunal Federal já pacificou a jurisprudência de que:

*A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliada, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.* (STF, Pleno, ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001 (original sem grifos).

Pois como bem advertiu o ministro Gilmar Mendes durante o julgamento da ADI nº 2.417/SP:

*(...) uma interpretação ampliada da reserva de iniciativa do Poder Executivo, no âmbito estadual, pode resultar no esvaziamento da atividade legislativa autônoma no âmbito das unidades federativas.* (original sem grifos).

Dito isto, colaciona-se ainda outras **jurisprudências** firmadas pelo **Supremo Tribunal Federal** que **reconhecem a constitucionalidade de projetos de lei de iniciativa parlamentar que instituem praticas publicas desde que**, conforme já indicávamos na justificativa do nosso Projeto de Lei, **não criem ou redesenhem** qualquer **órgão** da **Administração Pública**, nem **crie deveres diversos** daqueles **genéricos já estabelecidos** como também importem em **despesas extraordinárias**.

Nesta propositura, não redesenhamos nenhum cargo ou estrutura, apenas regulamentando a pratica de um esporte popular em nosso estado através da iniciativa parlamentar, além de separar a utilização de equipamentos por pessoas com intenção duvidosas ou sem preparo para utilização dos mesmos.

No rol de proposições, a qual justificamos a propositura, retornamos a atuação parlamentar como fator preponderante na solução do problema. Abaixo apresentamos o AgR deflagrado em decorrência do RE nº 290.549/RJ. que atacava **lei**, frisa-se, de **iniciativa parlamentar** que criava um programa intitulado *Rua da Saúde*, que **considerou**, por sua vez, **constitucional lei de iniciativa parlamentar** que **criava programa municipal**.

“A criação, por lei de **iniciativa parlamentar**, de **programa municipal** a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.” (RE 290.549-AgR, Rel. Min. **Dias Toffoli**, julgamento em 28-2-2012, Primeira Turma, DJE de 29-3-2012.)

Portanto, segundo melhor interpretação do Supremo Tribunal Federal, as hipóteses de iniciativa privativa devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas também - e principalmente - quanto ao seu alcance porque não se deve **ampliar**, por **via interpretativa**, os **efeitos** de seus **dispositivos**, sob pena de cerceamento e aniquilamento de função típica de Poder e tendo ainda por agravante quando feito pelo próprio Poder(!).

Dito isto convém ainda destacar o comando de observância obrigatória contido no inciso XII do art. 40 da Constituição Estadual que alerta para este Poder ser de sua competência exclusiva **“zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”**.

#### II - Quanto ao mérito da proposição

É cada vez maior no Brasil a quantidade de pessoas de bem que praticam os esportes conhecidos mundialmente como “paintball” e “airsoft”. Tais esportes são jogos de aventura, individual ou praticados em uma ou mais equipes, no qual os jogadores utilizam equipamentos que lançam esferas uns nos outros, com objetivos diversos como, por exemplo, acertar e eliminar do jogo os jogadores do time oposto, realizar a tomada e captura de uma posição, entre muitos outros; sem causar qualquer dano ou lesão corporal aos praticantes.

Os equipamentos possuem uma energia de impacto muito baixa, sendo inofensivos à prática esportiva a qual se destinam. Para efeitos de comparação, uma pistola calibre 380 possui uma energia de saída por volta de 256 Joules. Um marcador de airsoft possui energia média de 1,2 Joules (esfera rígida, geralmente de 6 mm) e os marcadores de paintball, por volta de 10 joules (esfera com tinta em seu interior). O crescimento vem sido amparado pela portaria 002-colog de 26/02/2010, que regulamente a matéria em alguns aspectos, mas ainda peca na definição de vários pontos e lhe falta, pela hierarquia jurídica, força de lei. Ela impõe aos praticantes do esporte bastante insegurança jurídica e é confusa em diversos aspectos.

Dessa forma, a matéria ainda carece de uma legislação própria de forma a garantir maior segurança jurídica aos praticantes, bem como estabelecer com força de lei as normas e os procedimentos para a compra, venda, uso, importação, e transporte dos equipamentos utilizados nessa modalidade esportiva. Essa inexistência de uma regulamentação clara e objetiva sobre o temo dá margem à ocorrência

de situações problemáticas e constrangedoras, a exemplo de indevida apreensão de material pelas forças políticas ou mesmo pelo próprio exército.

O presente Projeto de Lei também se faz um texto normativo em consonância com o Art. 217 da Constituição Federal, que declara o "Fomento a Prática Desportiva" como um dever do estado, além de declará-la um direito individual, ser de suma importância a Sociedade Brasileira como um todo, seja na forma de Desporto Educacional, bem como nos esportes de alto-rendimento, aonde o interesse Nacional vai desde a sua função social (ascensão econômica e combate ao ócio) até o caráter Nacionalista das atividades desportista. Assim, teremos todos os esportistas postos na legalidade, obedecendo assim às exigências para a regulamentação dos marcadores de Paintball e Airsoft. Ante o exposto, requeremos aos nobres pares a aprovação do projeto, instituindo assim, apoio, fomento, clareza e legalidade aos milhares de esportista de Paintball e Airsoft do Brasil.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0296.9/2015

Reconhece o Município de Atalanta como Cidade Jardim da Mata Atlântica.

Art. 1º O Município de Atalanta fica reconhecido como Cidade Jardim da Mata Atlântica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICAÇÃO

A proposição legislativa foi-me apresentada por meio do Programa Parlamento Jovem desta Casa Legislativa, em especial pelos jovens deputados da Escola de Educação Básica Frederico Rola, no que julguei importante para a cidade e acolhi o pleito.

Reconhecida como Capital Ecológica pela Lei 13.097/2004, Atalanta tem em seus limites territoriais o final da Serra do Mar e, nela, uma extensa área de mata nativa preservada. Inclui-se nesse espaço um parque nacional de Preservação da Mata Atlântica aberto a visitas, ecoturismo e pesquisas.

Os cuidados para com o Meio Ambiente, e nele inclui-se o ser humano, é direito assegurado pela Constituição Federal em seu art. 225 e, nesse quesito, Atalanta se destaca.

Nesse contexto, os rios que cortam o Município têm, em toda a sua extensão, a mata ciliar preservada; a bromélia, planta nativa da Mata Atlântica é encontrada em abundância, bem como as associações de agricultores incentivam o cultivo de produtos sem agrotóxicos.

Parece-me importante, portanto, conceder ao Município de Atalanta o título de "Cidade Jardim da Mata Atlântica" e, assim, divulgar para todo o Estado as belezas naturais dessa cidade encantadora e tão receptiva.

Diante do exposto, entendo que essa seja uma medida de relevância social para os munícipes e com repercussão para o turismo da região, no que solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei.

Deputado Serafim Venzon

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0297.0/2015

Denomina Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio localizada no bairro Parque Guarani, no município de Joinville.

Art. Fica denominada Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio localizada no bairro Parque Guarani de Joinville.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Deputado Dalmo Claro

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Luiz Henrique da Silveira a escola de Ensino Médio localizada no bairro Parque Guarani em Joinville.

Luiz Henrique da Silveira nasceu em 25 de fevereiro de 1940, no município de Blumenau e ainda jovem mudou-se para Florianópolis, onde formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1965.

Em Joinville, presidiu o diretório municipal do Movimento Democrático Brasileiro - MDB em 1971 e a partir de então, passou a representar o município como Deputado Estadual, Deputado Federal e Prefeito do município onde fixou residência e constituiu família.

A vida pública do Senador Luiz Henrique da Silveira foi marcada por uma sucessão de mandatos eletivos consecutivos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tendo sido eleito Governador do Estado

de Santa Catarina no ano de 2003. Sua atuação a frente do Governo do Estado foi marcada pela significativa reforma administrativa, idealizada a partir do desejo de participação intensa de todas as regiões do Estado no modelo democrático e descentralizado de gestão. Após, foi eleito em 2011 Senador da República para o mandato que acabaria em 2019. Contudo, nosso Ilustre Senador faleceu em 10/05/2015, deixando um legado brilhante, digno do homem público visionário que não media esforços em prol da boa política e do desenvolvimento de Santa Catarina.

Este projeto é uma singela homenagem ao grande político que tanto contribuiu com o desenvolvimento do Estado, lutando sempre pelo fortalecimento da democracia e sendo motivo de orgulho para a sociedade Catarinense, em especial o município de Joinville.

Pelas razões expostas, conto com a aprovação do presente projeto.

Deputado Dalmo Claro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0298.0/2015

Altera a Lei Estadual nº 10.594, de 18 de novembro de 1997, que declara de utilidade pública a Sociedade Irmã Carmem de Araranguá.

Art. 1º A Lei nº 10.594, de 18 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Irmã Carmen de Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Irmã Carmen de Araranguá.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A Entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração dos Pares, o Projeto de Lei que visa alterar a Lei Estadual nº 10.594, de 18 de novembro de 1997, que declara de utilidade pública a Sociedade Irmã Carmem, passando a denominar a aludida entidade de "Associação Irmã Carmen".

Assim, solicito o apoio e acolhimento da proposição em comento, para que a Entidade aludida, possa continuar a usufruir dos direitos e vantagens previstas na legislação vigente, pugnano ao fim pela aprovação da matéria.

Deputado José Milton Scheffer

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0299.1/2015

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio Trinta.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio Trinta, com sede no Município de Arroio Trinta.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*



## JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio Trinta- APAE, fundada em 4 de dezembro de 1996, com sede no Município de Arroio Trinta, é uma entidade civil, de fins não econômicos, reivindicatório, beneficente e educativo.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação da presente proposição, por entender que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arroio Trinta é uma instituição de grande importância para a comunidade.

Deputado José Nei Alberton Ascari

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 300/15****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 178**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Saúde, o projeto de lei que "Altera o art. 59 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências".

Florianópolis, 27 de julho de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº **035/15**

Florianópolis, 25 MAIO 2015

Senhor Governador,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência a minuta do anteprojeto de lei que visa alterar o art. 59 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe "sobre normas gerais de saúde", a fim de promover a atualização monetária das penas pecuniárias contidas nos incisos I a III do referido artigo.

Na redação proposta, o valor atribuído as multas passará a ser expresso em Reais e a sua atualização se dará conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seguindo as orientações dadas pela Lei nº 16.296, de 20 de dezembro de 2013, a fim de compensar a defasagem econômica acumulada desde a data de publicação da Lei nº 6.320/1983.

Salientamos que a atualização dos valores correspondentes às multas aplicadas em virtude do cometimento de infrações é imprescindível para coibir novas transgressões em relação às normas de saúde.

Isto posto, aguardamos a aprovação de Vossa Excelência ao anteprojeto e solicitamos o empenho para viabilizar a implantação da referida atualização dos valores aplicados em infrações sanitárias.

Respeitosamente,

**João Paulo Kleinubing**

**Secretário de Estado da Saúde**

**PROJETO DE LEI nº 300/2015**

Altera o art. 59 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 59 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. ....

I - nas infrações leves, de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - nas infrações graves, de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); e

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 15.000,01 (quinze mil reais e um centavo) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Sem prejuízo do disposto nos arts. 53 e 54 desta Lei, na aplicação da pena de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 2º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento à repartição competente da Secretaria de Estado da Fazenda no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua notificação, observado o contraditório e a ampla defesa, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

§ 3º Os valores das penas de multa instituídas por esta Lei poderão ser atualizados anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo, observando-se como limite a variação, no período, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0301.0/2015**

Institui o Agosto Dourado, mês dedicado a ações voltadas ao aleitamento materno, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Agosto Dourado, período dedicado à realização de campanhas de esclarecimento e ações para motivar e estimular o aleitamento materno, a ser promovido, anualmente, no mês de agosto, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Agosto Dourado tem como símbolo um laço dourado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

## JUSTIFICATIVA

Em julho de 2009, a Organização Mundial da Saúde (OMS) citou que "ensinar as mães a amamentar poderia salvar 1,3 milhão de crianças por ano".

A amamentação é um dos assuntos mais importantes na pauta de preocupações da OMS e de todos os organismos estatais que se preocupam com a saúde pública. Nos países pobres, é assunto absolutamente prioritário e significa a diferença entre o sobreviver e o morrer para milhares de crianças. Os países ricos também tratam a amamentação como prioridade.

Todos os que estudaram o tema, sob os vários ângulos - biológico, médico, psicológico, antropológico, sociológico, econômico, e de qualquer outra natureza, demonstraram que a amamentação é essencial, insubstituível e, o mais importante, um cuidado a oferecer às crianças nos primeiros meses de vida.

O leite materno fornece quantidades de água, proteínas, gorduras, açúcares, cálcio, magnésio, sódio, entre outros sais e vitaminas necessários ao sadio crescimento das crianças. Contém, também, inúmeros elementos anti-infecciosos, anticorpos e células vivas, tudo pronto para agir no organismo do bebê, ajustando-se à sua necessidade.

O leite materno é o melhor alimento que um bebê pode receber nos seus primeiros anos de vida, sendo indicado de 0 a 6 meses de vida, de forma exclusiva, e para complementar a alimentação saudável até dois anos de idade ou mais. Sua superioridade orgânica o torna de melhor digestibilidade, sendo o alimento mais completo para promover o crescimento e desenvolvimento infantil. Crianças amamentadas também estão mais protegidas contra doenças infecciosas.

Há vinte anos, entre os dias 1º e 7 de agosto, são desenvolvidas ações em todo o mundo voltadas à Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM). Diversas organizações governamentais e não governamentais, comunidades científicas e populares, grupos religiosos e tantos outros se mobilizam e são mobilizados para promover, proteger e apoiar a amamentação. São sete dias de intensas atividades em todos os cantos do mundo, promovendo a amamentação exclusiva até o sexto mês de vida e complementada até dois anos ou mais. Mesmo assim, muitas pessoas ainda desconhecem esse evento e, até mesmo, a sua importância para proteger a saúde materno-infantil em toda sua integralidade.

O Agosto Dourado, movimento proposto neste Projeto de Lei, envolveria todas as ações promotoras dos hábitos alimentares saudáveis, adequados e oportunos para o bem-estar da criança, desde o seu nascimento até os dois anos de vida ou mais, bem como fortalecer o apoio à mulher que amamenta e alimenta a sua criança.

Pretende-se utilizar como símbolo dessa iniciativa o laço dourado, confirmando o padrão ouro de qualidade do leite materno. O laço dourado traz, em si, várias representações que estão relacionadas à saúde da mulher e da criança. Cada parte de sua composição tem um significado, sendo um lado representado pela criança e o outro pela mãe, ambos em perfeita e simétrica harmonia, simbolizando que o sucesso da amamentação advém dessa sintonia. A configuração do laço dourado diverge de todos os outros em sua estrutura, havendo um nó que entrelaça os dois lados, representando a figura paterna, bem como a família e toda a rede social de apoio, reafirmando a importância dessa relação para o sucesso da amamentação.

O objetivo dessa comemoração do Agosto Dourado será colher mais e expressivos resultados nos índices de aleitamento materno, com a introdução oportuna e adequada de alimentos saudáveis na vida das crianças, pelo maior envolvimento não só dos profissionais e instituições que já incentivam a sua prática, mas também de outros movimentos governamentais e não governamentais.

Ante o exposto, haja vista a relevância da proposta, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Deputada Dirce Heiderscheidt

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 302/15**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 179**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 29 de julho de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Excelentíssimo Senhor

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Florianópolis - SC

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO		R\$ 1,00	
PROGRAMA	META FINANCEIRA 2012-2015	REDUZIDO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
SUBAÇÃO			
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012584 Ampliação e readequação da Maternidade Carmela Dutra - Florianópolis	5.500.000	1.450.000	4.050.000
SUPLEMENTAÇÃO		R\$ 1,00	
PROGRAMA	META FINANCEIRA 2012-2015	SUPLEMENTADO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
SUBAÇÃO			
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012908 Reformar as unidades administrativas da Secretaria de Estado da Saúde	0	1.450.000	1.450.000

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 303/15**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 180**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Altera o art. 1º da Lei nº 11.647, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e adota outras providências".

Florianópolis, 29 de julho de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Exposição de Motivos nº 100/2015 Florianópolis, 8 de julho de 2015.

Senhor Governador,

Submete-se à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 11.647, de 2000, que

EM Nº 219/2015

Florianópolis, 21 de julho de 2015.

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de Lei, que visa à alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012/2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, e alterado pelas Leis nº 15.943, de 21 de dezembro de 2012, nº 16.286, de 20 de dezembro de 2013 e nº 16.529, de 23 de dezembro de 2014.

A presente alteração torna-se necessária para a inclusão de 1 (uma) nova subação no Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Saúde: 012908 - Reformar as unidades administrativas da Secretaria de Estado da Saúde. Os recursos para esta nova subação são provenientes da subação 012584 - Ampliação e readequação da Maternidade Carmela Dutra - Florianópolis.

Desta forma, observa-se o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011.

Assim, por se tratar de ajuste importante para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem em regime de urgência, acompanhada de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Almir José Gorges

Secretário de Estado da Fazenda, designado

**PROJETO DE LEI Nº 302/2015**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, constante do Anexo Único da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e adota outras providências."

O § 8º do art. 1º da referida lei elenca os casos em que não será efetuado o pagamento do auxílio-alimentação, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 8º do auxílio-alimentação não será pago nos seguintes afastamentos:

- para frequentar curso de pós-graduação;
- licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;
- licença para tratar de interesses particulares;
- licença para prestar serviço militar;

e) por estar à disposição de órgãos ou entidades não integrantes da administração direta ou indireta do Poder Executivo, excetuando-se os professores em efetivo serviço das APAEs;"

- passagem para a inatividade, reserva ou reforma; e
- nas licenças-prêmio e nas férias.

O Decreto nº 1.989/2000, alterado pelo Decreto nº 2.038/2001 regulamentou a matéria, dispondo sobre os casos em que o benefício não será pago:

Art. 2º O auxílio-alimentação não será pago nos seguintes afastamentos:

- para frequentar curso de pós-graduação em tempo integral, aplicando-se a proporcionalidade estabelecida no § 9º, do art. 1º deste Decreto, quando o afastamento for parcial;
- licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;

- C) licença para tratar de interesses particulares;  
 d) licença para prestar serviço militar;  
 e) colocado à disposição de órgão ou entidades não integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, excetuando-se os professores em efetivo exercício nas APAES;  
 f) passagem para a inatividade, reserva ou reforma;  
 g) licenças-prêmio e férias;  
 h) licenças previstas no art. 62 da Lei nº 6.745/85, no art. 102 da Lei nº 6.843/86, no art. 97 da Lei nº 6.844/86, e nos afastamentos da mesma natureza em relação aos servidores regidos por outras leis;

**i) suspensão temporária das atividades do servidor. (grifo nosso)**

O referido Decreto tem servido de respaldo para que a administração pública não efetue o pagamento do auxílio-alimentação nas hipóteses das alíneas "h" e "i". Ocorre que, ao excluir o benefício nas hipóteses não elencadas pela lei, o Decreto extrapolou o poder de regulamentar a lei e, por esta razão, trata-se de ato ilegal.

O Estado tem sido reiteradamente vencido nas demandas judiciais ajuizadas pelos servidores, que buscam o pagamento do auxílio-alimentação nas hipóteses restringidas pelo Decreto nº 1.989/2000, motivo pelo qual a Procuradoria Geral do Estado editou a Portaria nº 023/08, de dispensa de recursos em processos judiciais que tratam da matéria.

Dessa forma, apresentamos a presente minuta de projeto de lei, que visa corrigir tal distorção, contemplando todas as hipóteses de licenças e de afastamentos de servidores no âmbito do Poder Executivo para restrição do pagamento do auxílio-alimentação.

Importante destacar que a proposta atende a jurisprudência consolidada em torno da controvérsia, visando a não perpetuação de demandas judiciais contra o Estado, em consonância com o Programa de Redução de Litigiosidade instituído pela Procuradoria Geral do Estado, objetivando reduzir as despesas públicas impostas por decisão judicial, bem como outorgar segurança jurídica aos órgãos do Estado.

Diante do exposto, entendemos que resta a tomada de providências para regularizar a situação, motivo pelo qual se apresenta a presente minuta para acolhimento das propostas apresentadas, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

Respeitosamente,

**JOÃO MATOS**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 303/2015**

Altera o art. 1º da Lei nº 11.647, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e adota outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.647, de 28 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

§ 8º .....

I - para frequentar curso de pós-graduação;

II - licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;

III - licença para tratar de interesses particulares;

IV - licença para prestar serviço militar;

V - por estar à disposição de órgãos ou entidades não integrantes da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, excetuando-se os professores em efetivo serviço das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES);

VI - passagem para a inatividade, reserva ou reforma;

VII - licença-prêmio;

VIII - férias;

IX - licença para tratamento de saúde;

X - licença por motivo de doença em pessoa da família;

XI - licença para repouso à gestante;

XII - licença por mudança de domicílio;

XIII - licença ao membro do magistério casado;

XIV - licença especial;

XV - suspensão temporária das atividades do servidor;

XVI - licença para o adotante;

XVII - licença para aguardar a aposentadoria;

XVIII - licença-paternidade;

XIX - licença para casamento;

XX - licença por falecimento de cônjuge ou companheiro e de parente até segundo grau;

XXI - licença para guarda para fins de adoção deferida judicialmente;

XXII - licença para tratar de saúde própria do servidor público militar;

XXIII - licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

XXIV - afastamento do exercício do cargo determinado em portaria por autoridade instauradora de procedimento administrativo;

XXV - para representar o Município, o Estado ou o País em competições desportivas oficiais;

XXVI - afastamento para a elaboração de trabalho relevante, técnico ou científico; e

XXVII - para participar de conclaves considerados de interesse, sem a incumbência de representação.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 304/15**

**MENSAGEM Nº 001/2015**

EXCELENTÍSSIMOS SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 134, § 4º, combinado com o artigo 96, inciso II, ambos da Carta da República, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos elaborada pela Consultoria Jurídica da DPE, o projeto de lei ordinária que cria a indenização pela utilização de veículo próprio aos membros da Defensoria Pública do Estado.

A anexa exposição de motivos detalha a necessidade de aprovação da matéria, surgida de entendimento entre a Defensoria Pública, Governador do Estado, Secretário da Fazenda e Secretário de Estado da Casa Civil.

Assim, a DPE solicita a especial atenção desta casa legislativa para a análise e aprovação da presente matéria.

Respeitosamente.

Florianópolis, 07 de julho de 2015.

**Ivan Cesar Ranzolin**

Defensor Público-Geral

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/08/15*

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

EM nº 001/2015

Florianópolis, 07 de julho de 2015

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhores Deputados

A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE), criada pela Lei Complementar nº. 575, de 2012, vem desempenhando sua atribuição constitucional de ofertar orientação e proteção jurídica às pessoas necessitadas em todo o território catarinense.

Para a sua regular expansão e crescimento, encaminhamos o Projeto de Lei Ordinária que pretende a criação da indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública do Estado, em atenção a entendimento anteriormente mantido com a Casa Civil, Secretaria de Estado da Fazenda, Governador do Estado e líder do Governo nesta casa.

Atualmente, a Defensoria Pública possui 27 (vinte e sete) veículos, sendo 24 (vinte e quatro) da frota própria e 03 (três) locados, na sua maioria recebidos em doação de outros órgãos e instituições. O gasto para a manutenção da frota e a exigência de uma logística adequada, aliado às dificuldades impostas pela Lei de Licitações, tem prejudicado em muito a expansão da DPE.

Existe uma crescente demanda por deslocamentos para os Defensores Públicos, pois que a DPE não possui veículos em todos os Núcleos Regionais, o que tem obrigado os Defensores a se deslocarem até os fóruns, delegacias, penitenciárias e outras instituições mediante o uso do seu próprio veículo, suportando - às suas expensas - os gastos com os referidos deslocamentos.

Enquanto isso, a indenização pelo uso de veículo próprio, como já prevista para outras carreiras de estado, vigora para os auditores fiscais e procuradores do estado por meio da LC 100/93 e Lei 7.881/89, o que, entre outros benefícios, tem evitado a nomeação de servidores para laborar no controle das frotas, manutenção e planejamento, situação essa que repercute positivamente nos aspectos de previdência, bem como tem evitado a realização de concursos públicos, licitações, contratos e aditivos para a aquisição e locação de veículos pela administração pública.

Posto isso, aguardamos o recebimento e a submissão do presente projeto ao processo legislativo desta Casa, na sua forma regimental.

Respeitosamente  
**Ivan Cesar Ranzolin**  
 Defensor Público-Geral

**PROJETO DE LEI Nº 0304.3/2015**

**REDAÇÃO PROPOSTA**

Cria a indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Aos Defensores Públicos é devida a indenização prevista no inciso VIII do § 2º do art. 1º da Lei nº 7.881, de 22 de dezembro de 1989, observados o critério e limite único estabelecidos nos termos da regulamentação própria.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução deste artigo correrão à conta das dotações do orçamento geral do Estado.

Art. 2º. Sobre a indenização de que trata esta Lei não incidirá qualquer gratificação ou adicional, bem como não servirá de base de cálculo para qualquer vantagem, inclusive gratificação de férias e gratificação natalina.

Parágrafo único. A indenização pela utilização de veículo próprio não será incorporada para quaisquer efeitos ao subsídio percebido pelo defensor público.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 07 de julho de 2015.

**Ivan Cesar Ranzolin**  
 Defensor Público-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023.3/15**

Transforma e extingue cargos de Agente Legislativo e de Técnico Legislativo, dos Grupos de Atividades de Nível Fundamental e Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa instituído pela Resolução nº 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015.

Art. 1º Ficam transformados 13 (treze) cargos vagos de Agente Legislativo, código PL/AGL, do Grupo de Atividades de Nível Fundamental, e 70 (setenta) cargos vagos de Técnico Legislativo, código PL/TEL, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, previstos na Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, em:

I - 22 (vinte e dois) cargos de Analista Legislativo/Habilitação Analista de Sistema, código PL/ALE, do Grupo de Atividades de Nível Superior; e

II - 10 (dez) cargos de Consultor Legislativo, código PL/ASI, do Grupo de Atividades de Assessoria Institucional.

Art. 2º Os cargos ocupados de Agente Legislativo, código PL/AGL, do Grupo de Atividades de Nível Fundamental, e de Técnico Legislativo, código PL/TEL, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ficam extintos à medida que vagarem.

Parágrafo único. Aos ocupantes dos cargos em extinção de que trata o caput ficam assegurados todos os direitos e as vantagens inerentes ao respectivo Grupo de Atividade, inclusive à progressão funcional dentro do Grupo de Atividades a ser extinto.

ANEXO I

(Altera o Anexo I da Resolução nº 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015)

“ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO GRUPOS DE ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO, SUPERIOR E DE ACESSORIA INSTITUCIONAL			
GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL			
CARGO	CÓDIGO	NÍVEIS	QUANTIDADE
<b>Agente Legislativo</b>	PL/AGL	01 a 30	12
GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO			
CARGO	CÓDIGO	NÍVEIS	QUANTIDADE
<b>Técnico Legislativo</b>	PL/TEL	26 a 56	348
GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR			
CARGO	CÓDIGO	NÍVEIS	QUANTIDADE
<b>Analista Legislativo</b>	PL/ALE	51 a 70	271

Art. 3º Os Anexos I, V-A e V-B da Resolução nº 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II e III desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
 Deputado Gelson Merisio - Presidente  
 Deputado Valmir Comin - Secretário  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

Lido no Expediente  
 Sessão de 04/08/15

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina submete à elevada consideração de Vossas Excelências a presente proposta de Lei Complementar, tendente a transformar e extinguir cargos de Agente Legislativo e de Técnico Legislativo, dos Grupos de Atividades de Nível Fundamental e Médio, do Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores deste Poder, instituídos pela Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

A medida possui o condão de adequar o Quadro de Pessoal da Casa aos atuais padrões da gestão pública, com foco na atividade fim do Poder Legislativo, na otimização dos Recursos Humanos e na diminuição da máquina administrativa.

O Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo é composto, atualmente, por 818 cargos distribuídos em quatro carreiras, a saber:

- 1ª - Grupo de Atividades de Nível Fundamental - 25 cargos;
- 2ª - Grupo de Atividades de Nível Médio - 418 cargos;
- 3ª - Grupo de Atividades de Nível Superior - 249 cargos; e
- 4ª - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional - 126 cargos.

Os atuais cargos de nível fundamental e médio - preenchidos, em sua significativa maioria, há mais de trinta anos - são responsáveis por muitas rotinas administrativas que se tornaram inócuas ao longo do tempo, em razão da informatização dos processos, e outras que virão a se tornar, na medida da evolução das tecnologias da informação.

Assim sendo, o presente Projeto de Lei Complementar transforma, imediatamente, 13 cargos, atualmente vagos, de Agente Legislativo, do Grupo de Atividades de Nível Fundamental, e 70 cargos, também vagos, de Técnico Legislativo, do Grupo de Atividades de Nível Médio, em 22 cargos de Analista Legislativo/Habilitação-Analista de Sistema, do Grupo de Atividades de Nível Superior, e em 10 cargos de Consultor Legislativo, do Grupo de Atividades de Assessoramento Institucional, além de prever a extinção dos cargos remanescentes de Agente Legislativo e Técnico Legislativo à medida que vagarem.

Dessa forma, o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo passará, de forma gradual, à medida das futuras vacâncias, dos atuais 818 cargos para 407, todos dos Grupos de Atividades de Nível Superior e de Assessoria Institucional.

Ademais, é importante anotar que da transformação de 83 cargos de nível fundamental e médio em 32 cargos de nível superior não decorrerá aumento de despesa, conforme Informação anexa da Diretoria de Recursos Humanos da Alesc.

Ante o exposto, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
 Deputado Valmir Comin - Secretário  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

GRUPO DE ATIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL				
CLASSES DE CARGOS	CÓDIGO	NÍVEIS	QUANTIDADE	
Consultor Legislativo - Consultor Legislativo I - Consultor Legislativo II - Consultor Especial	PL/ASI	51 a 60	105	136
		61 a 70	15	
Procurador - Jurídico - Finanças - Adjunto de Finanças - Legislativo	PL/ASI	71	10	136
			01	
			01	
			04	
<b>TOTAL</b>			767	

" (NR)

## ANEXO II

(Altera o Anexo V-A da Resolução nº 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015)

## "ANEXO V-A

QUANTITATIVO DE HABILITAÇÕES GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO CÓDIGO - PL/TEL			
CARGO	HABILITAÇÕES	QUANTIDADE DE HABILITAÇÕES	CÓDIGO DO CARGO
TÉCNICO LEGISLATIVO	Técnico Legislativo	245	PL/TEL
	Fotógrafo	1	
	Garçom	3	
	Motorista	11	
	Operador de Estúdio de Rádio	8	
	Operador de Som	9	
	Operador de TV	8	
	Programador	22	
	Taquígrafo I	6	
	Técnico em Contabilidade	16	
	Técnico em <i>Hardware</i>	5	
	Técnico em Serviços Gráficos	10	
	Telefonista	4	
TOTAL		348	

" (NR)

## ANEXO III

(Altera o Anexo V-B da Resolução nº 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015)

## "ANEXO V-B

QUANTITATIVO DE HABILITAÇÕES GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR CÓDIGO - PL/ALE			
CARGO	HABILITAÇÕES	QUANTIDADE DE HABILITAÇÕES	CÓDIGO DO CARGO
ANALISTA LEGISLATIVO	Analista Legislativo	120	PL/ALE
	Arquiteto	4	
	Analista de Sistema	32	
	Assistente Social	7	
	Bibliotecário	19	
	Bioquímico	6	
	Enfermeiro	3	
	Engenheiro	5	
	Jornalista	20	
	Médico	13	
	Odontólogo	3	
	Psicólogo	9	
	Taquígrafo II	30	
TOTAL		271	

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024.4/15**

Autoriza o Chefe do Poder Legislativo a dispor sobre a retribuição financeira dos inativos referidos na Lei Complementar nº 380, de 2007, que "Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado".

Art. 1º O Chefe do Poder Legislativo, por meio de ato administrativo próprio, poderá estabelecer forma específica para o cálculo da retribuição financeira a ser paga aos inativos por ele designados nos termos dos arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, a qual não poderá ser inferior ao valor estabelecido nos incisos I e II do *caput* do art. 8º da referida

Lei Complementar nem superior ao dobro do subsídio do menor posto do efetivo da Polícia Militar do Estado.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,  
Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Mário Marcondes - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/15

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar visa possibilitar, ao Chefe do Poder Legislativo, no caso a que aludem os arts. 4º e 5º da

Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, que "Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado", estabelecer forma específica para o cálculo da retribuição financeira devida aos inativos por ele designados com base na citada Lei Complementar, denominada Lei do CTISP.

O aumento da criminalidade e outras formas de violência contra a pessoa têm merecido cada vez mais atenção das autoridades governamentais, e não tem sido diferente no Estado de Santa Catarina.

O combate ao crime e demais formas de violência é tanto mais eficaz quanto maior for o número de policiais utilizados nesta tarefa. No entanto, temos atualmente vários policiais militares atuando na Casa Militar dos Poderes e Órgãos do Estado, os quais poderiam ser devolvidos ao Comando da Polícia Militar, para utilização no serviço de patrulhamento das ruas, caso fossem substituídos por integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado - CTISP.

Nessa linha, o presente Projeto de Lei Complementar cria as condições para que o Chefe do Poder Legislativo possa prover a segurança da Assembleia com inativos do CTISP, permitindo-lhe dispor sobre o valor da retribuição financeira a eles devida.

Para preservar a retribuição financeira garantida pela regra geral, estabelece-se como limite mínimo o valor estatuído pelos incisos I e II do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 380, de 2007, e, para evitar distorções, fixa-se como teto máximo o dobro do subsídio do posto de Soldado.

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Mário Marcondes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE RESOLUÇÃO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0009.0/2015

Altera o art. 5º da Resolução nº 005, de 2010, que "Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do Programa de Formação de Vereadores Mirins no Estado de Santa Catarina", para modificar a data anual do Encontro Estadual de Vereadores Mirins, no Palácio Barriga Verde.

Art. 1º O art. 5º da Resolução nº 005, de 08 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º A Escola do Legislativo promoverá, no segundo semestre de cada ano, Encontro Estadual de Vereadores Mirins, no Palácio Barriga Verde, com o objetivo de congregar os estudantes com mandato parlamentar e propiciar troca de experiências desenvolvidas durante o período de atuação como vereadores mirins." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*Lido no Expediente*  
Sessão de 04/08/15

#### JUSTIFICATIVA

A Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, instituição que determina e executa as atividades relativas ao Programa de Formação de Vereadores Mirins no Estado de Santa Catarina, criado pela Resolução nº 005, de 08 de setembro de 2010, solicitou à Mesa a alteração pretendida neste Projeto de Resolução em face da manifestação dos coordenadores dos Programas Câmaras Mirins, que identificaram não ser o final do ano, como atualmente prescrito no art. 5º da Resolução 005/2010, o melhor período para realização do referido Programa, pois muitas legislaturas mirins estão em fase de encerramento naquele momento.

A proposição do novo período, no segundo semestre de cada ano, busca uma melhor troca de experiências entre os participantes, tendo em vista os objetivos do Programa.

Para tanto, a Mesa solicita que a presente proposta legislativa tramite de forma célere, a fim de adaptar a Resolução 005/2010 a essas necessidades.

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0010.3/2015

Altera o art. 1º da Resolução nº 004, de 2009, que "Cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano", para modificar a data de celebração para o mês de julho de cada ano.

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 004, de 10 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica criada a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada no mês de julho de cada ano." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

#### JUSTIFICATIVA

A Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, instituição que planeja, organiza, coordena e divulga a Semana de Educação para a Cidadania, instituída pela Resolução nº 004, de 10 de junho de 2009, solicitou à Mesa a alteração pretendida neste Projeto de Resolução sob o argumento da inadequação do período previsto para realização da referida Semana de Educação para Cidadania, uma vez que o mês de dezembro, conforme estabelecido no vigente art. 1º da Resolução 004/2009, é período de realização de exames finais nas escolas catarinenses, o que eleva a carga de atividades no encerramento do ano letivo e dificulta a participação de professores nesse importante evento.

Já o período proposto, que abrange as férias de julho, facilitará a participação daqueles profissionais e não acarretará prejuízos pedagógicos às unidades escolares.

Para tanto, a Mesa solicita que a presente proposta legislativa tramite de forma célere, para adaptar a Resolução nº 004/2009 à realidade das unidades escolares.

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## REQUERIMENTO

### REQUERIMENTO Nº RQC/0029.0/2015

#### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

#### REQUERIMENTO

OS Deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno e nos termos da Resolução nº 005, de 30 de agosto de 2005, **REQUEREM** a constituição da Frente Parlamentar, no âmbito da ALESC, com objetivo de avançar no desenvolvimento de políticas públicas efetivas, para os cuidados com a integridade da saúde da mulher, em todas as fases da vida, com as peculiaridades de cada período, denominada Frente Parlamentar em Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Sala das Sessões,  
Deputada Dirce Heiderscheidt  
Deputado Aldo Schneider  
Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Maurício Eskudlark  
Deputado Dalmo Claro

*Lido no Expediente*  
Sessão de 04/08/15

#### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR EM ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

#### TERMO DE ADESÃO

Os Parlamentares que esta subscrevem, com amparo no Regimento Interno, e nos termos do art. 4º da Resolução nº 005, de 30 de agosto de 2005, **manifestam sua adesão à Frente Parlamentar**, com objetivo de avançar na integralidade da saúde da mulher, em todas as fases da vida, com as peculiaridades de cada período, denominada Frente Parlamentar em Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Sala das Sessões,  
Deputada Dirce Heiderscheidt  
Deputado Aldo Schneider  
Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Maurício Eskudlark  
Deputado Dalmo Claro

\*\*\* X X X \*\*\*